

BBM LOGÍSTICA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

BBM LOGÍSTICA S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Mensagem da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas

Balanço patrimonial Individual e Consolidado

Demonstração do resultado Individual e Consolidado

Demonstração do resultado abrangente Individual e Consolidado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Individual e consolidado

Demonstração dos fluxos de caixa Individual e Consolidado – método indireto

Demonstração do valor adicionado Individual e Consolidado – informação
suplementar

Notas explicativas às demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas

Mensagem da Administração

O exercício de 2025 representa um marco histórico na trajetória da BBM Logística. Ao longo deste ano, consolidamos o mais profundo processo de transformação operacional e financeira de nossa história, transitando de um ciclo de reestruturação para uma fase de rentabilidade sustentável e eficiência recorde. Encerramos o período com a convicção de que construímos uma base sólida, resiliente e preparada para capturar as oportunidades de um mercado logístico cada vez mais exigente.

A homologação do Plano de Reestruturação Financeira, em 27 de maio de 2026, reforça o momento de retomada da Companhia, com a formalização do alongamento do perfil dos passivos e o reequilíbrio das relações com fornecedores e clientes. Esse novo patamar restabelece as condições favoráveis para a execução da estratégia de longo prazo, sustentando a expansão das operações e a evolução do desempenho operacional e financeiro.

Pilar I: Ciclo de Transformação Concluído e Solidez Financeira

A disciplina financeira foi o norteador de todas as nossas decisões em 2025. O resultado desse rigor reflete-se em indicadores robustos: alcançamos um EBITDA Ajustado de R\$ 118,8 milhões no exercício, acompanhado de uma significativa evolução da rentabilidade operacional. Pela primeira vez em nossa história recente, todas as unidades de negócios operaram em equilíbrio financeiro, demonstrando a eficácia da nossa gestão de custos e da requalificação da nossa carteira de serviços.

A geração de caixa também apresentou evolução significativa. No quarto trimestre de 2025 (4T25), reportamos um Fluxo de Caixa Livre positivo de R\$ 5,5 milhões, contribuindo para uma posição de caixa final de R\$ 38 milhões, patamar superior ao registrado no encerramento de 2024. Estes números são o reflexo direto de uma operação que tem priorizado eficiência e rentabilidade.

Pilar II: Nível de Serviço (SLA) e Excelência Operacional

Em 2025, alcançamos o melhor nível de prestação de serviços (SLA - Service Level Agreement) da história da companhia, posicionando a BBM acima da média nacional do setor em relação a performance e entrega de valor a seus clientes. Esta conquista é fruto da implementação de uma Torre de Controle orientada por dados e gestão em tempo real de cada etapa da cadeia logística.

Destacamos que nossos colaboradores são os protagonistas desta transformação. Consolidamos os programas BBM Lean e Rumo ao Topo, fundamentados na metodologia de melhoria contínua e eficiência operacional, que contou com o envolvimento direto de mais de 500 colaboradores em mais de 200 projetos Kaizen ativos e economia estimada de R\$ 7 milhões. O programa BBM INX, em sua 3ª edição, premiou os colaboradores que apresentaram os melhores projetos de inovação e disrupção, reforçando a cultura da transformação.

Pilar III: Integração, Sinergia e Plataforma Escalável

A integração das aquisições realizadas em anos anteriores atingiu sua maturidade em 2025. Avançamos na captura de sinergias operacionais de forma pragmática: 32% da nossa área de armazenagem já opera de forma totalmente integrada, um crescimento expressivo de 80% em comparação ao final de 2024. Essa integração permite que unidades de e-commerce, carga lotação (FTL), fracionado (LTL) e transporte internacional compartilhem ativos e estruturas, otimizando o uso da frota e reduzindo custos fixos.

A simplificação estrutural também foi um pilar central. Ao logo dos 2 últimos anos reduzimos nossa estrutura de 16 para 7 diretorias, tornando a organização mais ágil, menos burocrática e com linhas de decisão mais curtas. Hoje, operamos uma plataforma verdadeiramente escalável, com 79 filiais estrategicamente localizadas e uma base diversificada de 5.500 clientes ativos, movimentando anualmente 672 mil toneladas e realizando mais de 24 milhões de entregas.

Pilar IV: Novo Ciclo de Crescimento e Compromisso ESG

Com o turnaround concluído, iniciamos o novo ciclo com foco em crescimento, rentabilidade e inovação. Nossas verticais estratégicas e-commerce, armazenagem e operações dedicadas continuam a apresentar forte tração, apoiadas pela jornada de transformação digital, colocando a tecnologia no centro da experiência do cliente.

Nosso compromisso com o futuro também tem seguido em passos firmes. A otimização de rotas e na redução de quilometragem ociosa contribuiu diretamente para a diminuição da intensidade de emissões por tonelada transportada, contribuindo diretamente com a Eficiência Energética. Durante o exercício, estruturamos a área dedicada à sustentabilidade e criação do Comitê Interno de ESG, responsável em por em prática o plano diretor de transformação energética e permear as melhores práticas ambientais, sociais e de governança em todos os níveis da organização e envolvimento do ecossistema clientes, BBM e fornecedores.

Considerações Finais

Agradecemos aos nossos colaboradores pela resiliência, aos nossos clientes pela confiança renovada e aos nossos acionistas e credores pelo apoio fundamental durante este período de transformação. A BBM Logística que emerge de 2025 é uma empresa mais leve, mais rentável e profundamente focada na execução de excelência. Estamos prontos para os desafios de 2026 e confiantes em nossa capacidade de gerar valor sustentável a longo prazo.

A Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
BBM Logística S.A.
São José dos Pinhais - PR

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BBM Logística S.A. (“Companhia”) e suas controladas, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidada como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Exceto pelo assunto descrito na seção de Ênfase “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, não existem assuntos a serem comunicados em nosso relatório.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2025, prejuízos acumulados no montante de R\$ 741.225 mil, passivo a descoberto de R\$ 645.923 mil e passivo circulante excedendo o ativo circulante em R\$ 1.076.917 mil e R\$ 1.104.492 mil, respectivamente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Adicionalmente, o passivo circulante está impactado pela reclassificação para o curto prazo de debêntures e empréstimos e financiamentos em decorrência do descumprimento de covenant financeiro. Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 3 e nº 40, a Administração vinha implementando medidas para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia e obteve acórdão que homologou o Plano de Recuperação Extrajudicial, publicado em 15 de junho de 2026, estabelecendo condições específicas para a reestruturação e liquidação das obrigações financeiras da Companhia junto a determinados credores. O Plano de Recuperação Extrajudicial e os demais documentos celebrados no âmbito da reestruturação financeira estabelecem, adicionalmente, um conjunto de obrigações e compromissos a serem observados pelas empresas do Grupo BBM durante a vigência do Plano de Recuperação Judicial homologado, conforme descrito na Nota Explicativa nº 40. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Reapresentação das informações comparativas relacionada à realização do ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relacionada a reapresentação do imposto de renda diferido ativo (Nota Explicativa nº 30, item c)) que decorreu da revisão das premissas utilizadas para avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos, considerando projeções atualizadas de resultados tributáveis futuros e do respectivo prazo estimado para sua realização em consonância com a homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial conforme detalhado nas Notas Explicativas nº 3 e 40.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado individuais e consolidadas – informação suplementar

A demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa Demonstração do Valor Adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram por nós auditadas e emitimos relatório, em 20 de outubro de 2025, com abstenção de opinião relacionada à ausência de homologação judicial do Plano de Recuperação Extrajudicial e a possíveis impactos na realização dos ativos não financeiros da Companhia, em especial do ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal, ora regularizados conforme ênfases acima.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 22 de junho de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 PR 006853/F-9

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Dario Vieira de Lima', is written over the text of the BDO logo.

Dario Vieira de Lima
Contador CRC 1 SP 238754/O-6 - S - PR

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
			(reapresentado)		(reapresentado)				(reapresentado)		(reapresentado)
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.048	19.136	38.117	31.626	Fornecedores	17	105.323	114.029	212.082	206.309
Outros ativos financeiros	8	-	-	449	-	Empréstimos e financiamentos	18	260.098	235.048	285.587	259.903
Contas a receber de clientes	9	103.905	174.288	177.386	183.303	Debêntures	19	256.620	203.848	256.620	203.848
Estoques	10	3.279	2.883	4.334	4.317	Arrendamentos	20	35.219	52.039	57.342	79.500
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a recuperar	30	-	1.599	12.810	15.176	Obrigações sociais	21	15.329	17.592	44.852	44.046
Impostos a recuperar	11	4.211	1.810	15.494	11.765	Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a pagar	30	1.443	1.311	2.989	5.530
Consórcios		944	615	2.895	3.083	Obrigações fiscais	22	164.106	157.300	364.862	374.263
Outros créditos	12	10.623	12.895	29.948	29.331	Parcelamento de tributos	23	19.243	3.340	68.110	9.915
		126.010	213.226	281.433	278.601	Consórcios		393	470	393	470
						Contas a pagar por aquisição de controladas	24	46.552	41.260	46.552	41.260
						Mútuo com partes relacionadas	35	268.838	323.933	-	-
Não circulante						Outras contas a pagar	25	29.763	42.674	46.536	61.283
Outros ativos financeiros	8	6.877	-	6.877	-			1.202.927	1.192.844	1.385.925	1.286.327
Depósitos em garantia	26	4.074	2.668	6.072	4.951						
Impostos diferidos	30	220.978	207.950	307.881	263.895						
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a recuperar	30	1.722	1.093	1.977	1.523	Não circulante					
Impostos a recuperar	11	4.303	2.955	4.303	2.955	Arrendamentos	20	6.968	11.733	24.842	39.951
Outros créditos	12	5.690	3.938	6.950	3.938	Obrigações sociais	21	355	1.681	355	3.351
Direito de uso de ativos	13	20.311	36.493	54.522	84.600	Parcelamentos de tributos	23	66.062	3.211	160.574	8.757
Investimentos	14	152.696	219.442	-	-	Provisões para processos judiciais	26	39.799	37.524	63.095	58.391
Imobilizado	15	93.159	124.929	129.847	166.031	Outras contas a pagar	25	722	-	722	-
Intangível	16	35.090	41.257	189.728	197.241			113.906	54.149	249.588	110.450
		544.900	640.725	708.157	725.134						
						Total do passivo		1.316.833	1.246.993	1.635.513	1.396.777
						Patrimônio líquido	27				
						Capital social (líquido dos custos de transação)		95.302	95.302	95.302	95.302
						Prejuízos acumulados		(741.225)	(488.344)	(741.225)	(488.344)
						Total do patrimônio líquido		(645.923)	(393.042)	(645.923)	(393.042)
Total do ativo		670.910	853.951	989.590	1.003.735	Total do passivo e patrimônio líquido		670.910	853.951	989.590	1.003.735

BBM Logística S.A.
Demonstração do resultado Individuais e Consolidado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
			(reapresentado)		(reapresentado)
Receita líquida de vendas	31	566.490	657.467	1.345.480	1.450.437
Custo dos serviços prestados	32a	(563.044)	(712.954)	(1.300.921)	(1.509.621)
Lucro (prejuízo) bruto		3.446	(55.487)	44.559	(59.184)
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	32b	(41.130)	(58.052)	(77.326)	(99.114)
Despesas de vendas	32b	(6.453)	(15.752)	(37.344)	(39.367)
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	9	491	660	(6)	332
Outras receitas operacionais, líquidas	33	24.284	(41.406)	49.444	(53.498)
Prejuízo operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		(19.362)	(170.037)	(20.673)	(250.831)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	14	(66.746)	(130.748)	-	-
Resultado financeiro líquido	34	(179.726)	(165.857)	(280.981)	(245.439)
Receitas financeiras		7.861	15.560	11.885	18.906
Despesas financeiras		(187.587)	(181.417)	(292.866)	(264.345)
Prejuízo antes do imposto		(265.834)	(466.642)	(301.654)	(496.270)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente		(75)	-	4.787	(6.295)
Diferido		13.028	91.739	43.986	127.662
Prejuízo do exercício		(252.881)	(374.903)	(252.881)	(374.903)
Resultado por ação					
Resultado por ação básico (em R\$)	28	(6,2040)	(9,1976)	(6,2040)	(9,1976)
Resultado por ação diluído (em R\$)		(6,2040)	(9,1976)	(6,2040)	(9,1976)

BBM Logística S.A.
Demonstração do resultado abrangente Individual e Consolidado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
		(reapresentado)		(reapresentado)
Prejuízo do exercício	(252.881)	(374.903)	(252.881)	(374.903)
Outros	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(252.881)	(374.903)	(252.881)	(374.903)

BBM Logística S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido Individual e Consolidado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Custos de transação	Prejuízos acumulados	Total
Em 01 de janeiro de 2024	102.490	(7.188)	(113.441)	(18.139)
Prejuízo do exercício anteriormente apresentado	-	-	(342.274)	(342.274)
Ajustes de reapresentação (Nota 1.1)	-	-	(32.629)	(32.629)
Prejuízo do exercício (reapresentado)	-	-	(374.903)	(374.903)
Em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)	102.490	(7.188)	(488.344)	(393.042)
Prejuízo do exercício	-	-	(252.881)	(252.881)
Em 31 de dezembro de 2025	102.490	(7.188)	(741.225)	(645.923)

BBM Logística S.A.
Demonstração do fluxo de caixa Individual e Consolidado - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(265.835)	(466.642)	(301.654)	(496.270)
Ajustes de:					
Depreciação e amortização	15 e 16	24.338	35.131	35.578	45.686
Depreciação do ativo de direito de uso	13	29.928	56.087	66.292	91.975
Valor residual do ativo imobilizado vendido	33	24.230	3.805	24.879	5.662
Despesas de juros de empréstimos, cessão de créditos com coobrigação e financiamentos, debêntures e consórcios	18, 19 e 34	92.875	86.173	103.212	93.690
Despesas de juros de arrendamentos	20	3.345	10.260	8.745	18.942
Despesas de juros de fornecedores em atraso		16.238	3.618	27.360	5.409
Despesas de juros de obrigações fiscais em atraso		41.994	38.122	94.758	84.718
Resultado de equivalência patrimonial	14	66.746	130.748	-	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	9	(491)	(660)	6	(332)
Provisão para contingências	26	8.081	28.461	16.557	34.281
Juros sobre obrigações por aquisição de controladas	34	5.292	8.407	5.292	8.407
Outros créditos tributários	11	(26.794)	(2.087)	(52.931)	(2.188)
Contas a pagar de aquisição de controladas	24a.1	-	9.227	-	9.227
(Reversão) perda por impairment sobre ativo imobilizado	33	(5.897)	26.107	(5.796)	26.211
Provisão redução ao valor recuperável sobre ativo mantido para venda	33	-	-	-	4.892
(Reversão) provisão estoque obsoleto	10	(2.062)	5.606	(2.061)	5.611
Variações nos ativos e passivos					
Estoques		1.666	2.686	2.044	3.271
Contas a receber de clientes		70.874	32.621	5.911	95.592
Depósitos judiciais e cauções		(1.406)	(1.412)	(1.121)	(2.075)
Impostos a recuperar		24.015	(106)	49.766	12.306
Outros créditos		(21.639)	9.085	(26.728)	8.405
Fornecedores		(25.907)	(6.904)	(22.550)	20.555
Obrigações sociais		(3.589)	(6.377)	(2.190)	(7.941)
Obrigações fiscais		51.026	91.912	144.230	214.773
Outras contas a pagar		(17.937)	(1.157)	(22.666)	(4.941)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		89.091	92.711	146.933	275.866
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		89.091	92.711	146.933	275.866
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Compras de imobilizado e intangível	15 e 16	(5.424)	(11.046)	(11.649)	(20.347)
Pagamento de aquisição de controlada (líquido do caixa adquirido no consolidado)		-	(7.990)	-	(7.990)
Pagamento de cotas de consórcios a contemplar		(326)	(367)	(778)	(1.442)
Valor recebido pela venda de ativo imobilizado	33	15.282	5.661	15.773	6.062
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento		9.532	(13.742)	3.346	(23.717)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamento de cotas de consórcios contemplados		(188)	(107)	(185)	(314)
Mútuo com partes relacionadas	35	(55.095)	84.939	-	-
Empréstimos, cessão de créditos com coobrigação e financiamentos captados, líquidos do custo de transação	18	249.700	90.298	589.100	394.708
Custo com renegociação de debêntures	19	(1.941)	(2.198)	(1.941)	(2.198)
Amortização de debêntures – principal	19	-	(6.685)	-	(6.685)
Pagamento de juros de debêntures	19	-	(26.235)	-	(26.235)
Amortização de empréstimos, cessão de créditos com coobrigação e financiamentos – principal	18	(248.802)	(114.635)	(588.228)	(421.742)
Pagamento de juros de empréstimos, cessão de créditos com coobrigação e financiamentos	18	(13.902)	(24.922)	(23.579)	(32.077)
Amortização de arrendamentos - principal	20	(33.678)	(51.151)	(71.833)	(89.497)
Pagamento de juros de arrendamentos	20	(3.345)	(10.260)	(8.745)	(18.942)
Pagamento do parcelamento de tributos		(7.460)	(11.786)	(38.377)	(32.612)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		(114.711)	(72.742)	(143.788)	(235.594)
(Redução) geração em caixa e equivalentes de caixa		(16.088)	6.227	6.491	16.555
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		19.136	12.909	31.626	15.071
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		3.048	19.136	38.117	31.626

BBM Logística S.A.
Demonstração do valor adicionado Individual e consolidado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
		(reapresentado)		(reapresentado)
Receitas (1)	703.254	775.444	1.665.612	1.733.453
Venda de serviços	659.975	786.514	1.598.758	1.755.210
Descontos incondicionais	(4.979)	(20.101)	(9.662)	(32.684)
Outras receitas	47.767	8.371	76.522	10.595
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	491	660	(6)	332
Insumos adquiridos de terceiros (2)	446.578	569.879	985.709	1.170.280
(inclui os valores dos impostos - ICMS, ISS, PIS e COFINS)				
Custo dos serviços vendidos	397.044	477.676	921.467	1.059.624
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	49.534	92.203	64.242	110.656
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)	256.676	205.565	679.903	563.173
Depreciação e amortização (4)	54.266	91.218	101.870	137.661
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)	202.410	114.347	578.033	425.512
Valor adicionado recebido em transferência (6)	(58.885)	(115.188)	11.885	18.906
Resultado da equivalência patrimonial	(66.746)	(130.748)	-	-
Receitas financeiras	7.861	15.560	11.885	18.906
Valor adicionado total a distribuir (5) + (6)	143.525	(841)	589.918	444.418
Distribuição do valor adicionado	143.525	(841)	589.918	444.418
Pessoal	129.117	163.389	342.121	378.511
Remuneração direta	86.374	109.563	235.522	264.045
Benefícios	19.236	31.037	55.816	68.559
F.G.T.S.	12.463	12.547	22.988	23.494
Outros	11.044	10.242	27.795	22.413
Impostos, taxas e contribuições	74.782	15.690	194.531	154.838
Federais	40.829	(56.589)	127.131	14.858
Estaduais	29.510	68.142	56.415	131.254
Municipais	4.443	4.137	10.985	8.726
Remuneração de capital de terceiros	192.507	194.983	306.147	285.972
Juros	165.219	162.505	261.256	242.169
Aluguéis	4.920	13.566	13.281	21.627
Outras despesas financeiras	22.368	18.912	31.610	22.176
Remuneração de capital próprios	(252.881)	(374.903)	(252.881)	(374.903)
Prejuízo do exercício	(252.881)	(374.903)	(252.881)	(374.903)

1 Contexto operacional

A BBM Logística S.A. (“Controladora”), com sede na Rua Tenente Djalma Dutra, 915 em São José dos Pinhais – Paraná, é uma sociedade anônima, brasileira, de capital aberto registrada no Bovespa + da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sendo negociada sob o código “BBML3”.

A Companhia (consolidado do grupo BBM, composto pela “Controladora e suas Controladas”) é um dos maiores operadores logísticos do Mercosul, com soluções End-to-End e Omnichannel, que vão da matéria-prima ao consumidor final, e está há mais de 20 anos atuando nesse mercado, sendo reconhecida com vários prêmios e certificações.

A atividade preponderante é a prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, transporte intermodal, transporte de produtos químicos e gases do ar, transporte internacional, transporte florestal, em veículos próprios ou de terceiros atendendo clientes em vários países na América do Sul.

1.1 Reapresentação das informações comparativas relativas as demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas de 2024

Durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas ora apresentadas e em conformidade com as normas contábeis vigentes, previstas nos termos do pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração procedeu a reapresentação de determinados valores comparativos referentes ao balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A reapresentação decorre da revisão das premissas utilizadas para avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos, considerando projeções atualizadas de resultados tributáveis futuros e do respectivo prazo estimado para sua realização.

Como resultado dessa revisão, foi reconhecida provisão para perda sobre créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no montante de R\$ 32.629 em 31 de dezembro de 2024, com efeitos no resultado do exercício.

Dessa forma, o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2024 e a demonstração do resultado individual e consolidada do exercício findo naquela data, apresentados para fins comparativos, diferem daqueles originalmente divulgados.

A seguir são apresentados os efeitos da reapresentação sobre as demonstrações financeiras comparativas:

	Controladora		
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
	2024	2024	2024
Saldo originalmente apresentado	886.580	1.246.993	(360.413)
Ajustes de reapresentação			
Imposto de renda e contribuição social diferido	(32.629)	-	(32.629)
Saldo reapresentado	853.951	1.246.993	(393.042)

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
	2024	2024	2024
Saldo originalmente apresentado	1.036.364	1.396.777	(360.413)
Ajustes de reapresentação			
Imposto de renda e contribuição social diferido	(32.629)	-	(32.629)
Saldo reapresentado	1.003.735	1.396.777	(393.042)

	Controladora e Consolidado	
	Prejuízo do exercício	
	2024	
Prejuízo originalmente apresentado	(342.274)	
Ajustes de reapresentação		
Imposto de renda e contribuição social diferido	(32.629)	
Prejuízo reapresentado	(374.903)	

Adicionalmente, a demonstração de resultado abrangente e demonstração do valor adicionado estão sendo reapresentados em função da alteração no prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2 Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025 abrangem as demonstrações financeiras da Controladora e das controladas Transeich Assessoria e Transportes S.A., Transportes Translovato Ltda., Translag Transporte e Logística Ltda. e Diálogo Logística Inteligente Ltda. (em conjunto “Grupo”). Os percentuais de participação nas controladas são os seguintes:

Empresa	Controle	Percentual de participação	
		2025	2024
Transeich Assessoria e Transportes S.A.	Direto	100%	100%
Transportes Translovato Ltda.	Direto	100%	100%
Translag Transporte e Logística Ltda.	Direto	100%	100%
Diálogo Logística Inteligente Ltda.	Direto	100%	100%

A Transeich Assessoria e Transportes S.A. (“Transeich Assessoria”), constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, tem como atividade preponderante a prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas, transporte intermodal, transporte de produtos químicos e gases do ar e transporte internacional, substancialmente em veículos de terceiros.

Transportes Translovato Ltda. (“Translovato”), tem como atividades preponderantes o transporte rodoviário e armazém geral nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, além dos estados do Ceará, Goiás, Tocantins e Distrito Federal.

Translag Transporte e Logística Ltda. (“Translag”), tem como atividades preponderantes o transporte rodoviário e armazém geral na região Centro-oeste, além de São Paulo, Bahia e Minas Gerais.

Diálogo Logística Inteligente Ltda. (“Diálogo”), tem como atividade preponderante soluções logísticas e tecnológicas, principalmente para a cadeia de *e-commerce*, incluindo operações customizadas de *last mile*, nas regiões sul, sudeste e nordeste do Brasil.

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), além das normas da Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis às companhias abertas.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 19 de junho de 2026.

Avaliação de continuidade operacional – Aprovação do Pedido de Recuperação Extrajudicial

As aquisições da Companhia efetuadas entre 2018 e 2020, citadas na nota explicativa 14, foram fundamentais para o crescimento dos negócios da Companhia nos últimos anos, porém impactaram de forma significativa seu endividamento, pois grande parte das referidas aquisições foram realizadas com capital de terceiros, que em conjunto com um aumento significativo na taxa do CDI nos últimos 5 anos e uma performance operacional prejudicada em determinadas operações, principalmente nos serviços de transporte florestais, fizeram com que o resultado operacional ficasse prejudicado e o caixa da Companhia pressionado no curto prazo, motivo pelo qual o prejuízo acumulado atingiu R\$ 741.225 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 488.344 em 31 de dezembro de 2024, reapresentado conforme nota explicativa 1.1). Nesta mesma data, a Companhia apresentou passivo a descoberto no montante de R\$ 645.923 (R\$ 393.042 em 31 de dezembro de 2024, reapresentado conforme nota explicativa 1.1) individual e consolidado, e passivo circulante que excede o ativo circulante em R\$ 1.076.917 e R\$ 1.104.492, respectivamente individual e consolidado (R\$ 979.618 e R\$ 1.007.726 em 31 de dezembro de 2024, respectivamente individual e consolidado). Vale destacar, que o passivo circulante em 31 de dezembro de 2025 está impactado pela reclassificação para o curto prazo do saldo de longo prazo de debentures e empréstimos e financiamentos devido à quebra de um *covenant* financeiro conforme notas explicativas 19 e 20.

Em função dos prejuízos expostos acima, a Companhia iniciou um plano de reestruturação e turnaround para melhoria de sua performance operacional, bem como de sua estrutura de capital. Diversas iniciativas foram implementadas ao longo de 2025, com ações efetivas visando a redução dos prejuízos apresentados, bem como assegurar a continuidade operacional da Companhia.

Esse plano de reestruturação permitiu à Companhia apresentar um EBITDA (em português LAJIDA - lucro antes de juros, impostos depreciação e amortização, métrica gerencial, não prevista nas normas contábeis) ajustado consolidado positivo de R\$ 81.118 ao final de 31 de dezembro de 2025, em comparação a um EBITDA ajustado negativo de R\$ 103.943 em 31 de dezembro de 2024 (vide nota explicativa 38).

As principais ações planejadas e realizadas como parte do plano de reestruturação incluem:

- a) Implementação de plano de reestruturação organizacional, que incluiu a redução do quadro geral de colaboradores, o controle de horas extras e a diminuição do índice de turnover da Companhia. As medidas resultaram em uma economia de aproximadamente R\$ 47 milhões em 2025, alinhando o Grupo BBM às novas estratégias de negócio e reforçando a sustentabilidade financeira da Companhia;
- b) Desmobilização de unidades operacionais e rescisão de contratos com clientes de baixa rentabilidade, buscando maior eficiência operacional e melhor alocação de recursos;

- c) Otimização da frota por meio da centralização da gestão de tráfego e do monitoramento, promovendo sinergias entre as unidades e aumento da eficiência logística;
- d) Aproveitamento de créditos tributários e previdenciários no montante aproximado de R\$ 53 milhões, contribuindo para o fortalecimento da posição de caixa e da liquidez de curto prazo;
- e) Em fevereiro de 2025, a Companhia protocolou pedido de transação da dívida fiscal em aberto junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), no valor aproximado de R\$ 169 milhões naquela data. O pedido contempla a solicitação de concessão de descontos sobre juros e multas, bem como a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas para liquidação parcial do saldo devedor tributário. Considerando o estágio atual das tratativas e das análises conduzidas pela PGFN, a Administração mantém expectativa de conclusão do processo durante o exercício de 2026; e
- f) Pedido de Recuperação Extrajudicial realizado em 1 de novembro de 2024, cujo Plano de Recuperação Extrajudicial (“Plano de RE”) foi aprovado pelo juízo competente em 27 de maio de 2026, e publicado em 15 de junho de 2026, com seus efeitos vigentes a partir do segundo trimestre de 2026 englobando os passivos com debentures, fornecedores, empréstimos e financiamentos e contas a pagar por aquisição de controladas, conforme nota explicativa 40.

Em especial destacamos a homologação do Plano de RE que permitiu à Companhia concluir a sua avaliação de continuidade de negócios, em especial a revisão das suas estimativas de realização dos seus ativos, o que resultou na necessidade ajuste retrospectivo do IR Diferido sobre prejuízo fiscal, conforme nota explicativa 1.1.

Adicionalmente, a Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia obterá a aprovação do pedido de transação tributária junto a PGFN para redução dos passivos tributários visando suportar a geração de recursos suficientes para continuar operando em função das ações para melhoria de estrutura de capital e dos negócios já implementadas ou em fase de implementação, assegurando que o processo de reestruturação e turnaround em curso seja satisfatório.

Nossa expectativa é que os processos de forma geral continuem sendo aprimorados e gerando melhores resultados. Em função dos controles e indicadores de performance implementados, e acompanhamento contínuo das iniciativas estratégicas, esperamos obter reduções de custos e despesas mais expressivas ao longo do exercício.

Desta forma, essas informações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Grupo conseguirá cumprir suas obrigações em um período de, mas não limitado a, 12 meses da data do balanço.

3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais, sendo o Real a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Mensuração básica

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas explicativas 5.9 e 16** – Imobilizado: principais premissas da estimativa da vida útil, valor residual e método de depreciação de ativos do imobilizado;
- **Notas explicativas 5.15, 14 e 21** - Principais premissas na taxa de juros e prazo de arrendamentos;
- **Nota explicativa 9** - Mensuração da perda estimada ao valor de recuperação do contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa 16** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos mantidos para venda e ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa 26** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa 30** - Incertezas sobre o tratamento de imposto de renda e contribuição social; Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração ao valor justo

Uma série de políticas e divulgações financeiras do Grupo requer a mensuração ao valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo financeiro, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Se os dados utilizados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro caírem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, a mensuração do valor justo é categorizada na sua totalidade no mesmo nível de sua hierarquia de valor que o valor mais baixo que é significativo para toda a medição.

5 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário.

5.1 Base de consolidação

(i) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para o Grupo. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, o Grupo avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

O Grupo tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. As contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora os resultados das controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

(iii) Participação de acionistas não-controladores

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui participação de acionistas não controladores em suas controladas. Dessa forma, não há saldos ou transações a serem reconhecidos referentes a participação de não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia no capital social da companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

5.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

5.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo, com vencimentos em até 90 dias da data da aquisição, com alta liquidez, conversíveis em caixa, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

5.4 Receita do contrato com o cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente.

As informações abaixo apresentam a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita
Serviços de transportes florestais	O serviço de transporte se inicia no carregamento na área rural, finalizado com entrega da madeira na fábrica do cliente, o que constitui o cumprimento da obrigação. No momento da entrega da madeira na fábrica do cliente são efetuadas medições do volume transportado a cada carregamento. No final do mês as medições são consolidadas para a emissão da fatura. O pagamento se dá em média 30 dias após a emissão da fatura.	A receita é reconhecida após a consolidação das medições do volume transportado. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela, que leva em consideração as características de cada transporte (distância e peso, p.e.).
Serviços de transportes a dedicados industriais	São serviços de transporte oferecidos de forma integrada e customizada para cada cliente, que incluem a gestão do fluxo de insumos/matérias-primas e informações da fonte produtora até a entrada da fábrica (operações Inbound), o fluxo de saída do produto acabado da fábrica até a ponta de consumo (operações Outbound) e, a movimentação de produtos e gestão de estoques internos, logística reversa e armazenagem. Serviços de escoamento de produtos no sistema “ponto A” para “ponto B”, por meio de veículos carga completa (Full Truck Load). O faturamento e prazo de vencimento é diverso e particular com cada cliente.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso e medições do trabalho realizado.
Serviços de transportes de carga geral e fracionado	Representam serviços prestados, e tratados pelo cliente carga a carga, com faturamento diverso e particular com cada cliente.	A receita é reconhecida quando do embarque e ajustada por meio de cut-off com base no estágio de realização do serviço (entrega dos produtos).

5.5 Receita e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber de clientes e variação cambial. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre financiamentos, arrendamentos, debêntures, atraso no pagamento de fornecedores, atraso e parcelamento de impostos e variação cambial.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

5.6 Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição, líquido de provisões para perdas ao valor de recuperação, quando aplicável.

5.7 Consórcios

As cotas de consórcios ainda não contempladas são registradas no ativo circulante pelo valor pago mensalmente.

No momento da contemplação, os ativos adquiridos são registrados no ativo imobilizado da Companhia, em contrapartida a um passivo circulante e não circulante do valor do saldo a pagar da cota contemplada.

Os gastos com taxas de administração, são registrados como despesas financeiras.

5.8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar apurado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal seguindo metodologia de cálculo e critérios estabelecidos pela legislação tributária e regulamentações contábeis vigentes no exercício. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando se espera que o respectivo imposto diferido ativo será realizado ou quando o imposto diferido passivo será liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

5.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico (vide nota explicativa 15), menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os valores residuais, o método de depreciação e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, exceto se houver evidências de modificações substanciais, quando então a Administração faz análises e eventuais ajustes necessários, em períodos menores.

O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada do item e reconhecida no resultado.

A vida útil estimada dos ativos imobilizados, por natureza, é apresentada a seguir:

Itens do imobilizado - vida útil em anos	2025	2024
Máquinas e equipamentos	3 – 15	3 – 15
Cavalos mecânicos	6 – 15	6 – 15
Carretas e equipamentos	12 – 25	12 – 25
Móveis e utensílios	10	10
Equipamentos de informática	5	5
Edificações	20	20
Embalagens para transporte	1 – 5	1 – 5
Benfeitorias em bens de terceiros	1 – 5	1 – 5

5.10 Intangível e ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado (perdas) conforme incorridos.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

A vida útil estimada dos ativos intangíveis, por natureza, é apresentada a seguir:

Itens do intangível - vida útil em anos	2025	2024
Software	3 - 5	3 - 5
Carteira de clientes	5 - 13	5 - 13
Direito de uso da marca	10	10
Acordo de não concorrência	5	5

Os valores residuais, o método de amortização e a vida útil dos ativos intangíveis são revisados e, se apropriado, ajustados ao final de cada exercício.

5.11 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os contos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado pela Companhia como mensurado ao custo amortizado ou ao Valor justo por meio do resultado ("VJR"). Todos os ativos financeiros da Companhia, atualmente, estão classificados como mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contos a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contos a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado pela Companhia ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- I. é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- II. seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas ao seu valor de recuperação. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais auferidos sobre esses ativos, assim com a perda para ajuste ao seu valor recuperável são reconhecidos no resultado.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados pela Companhia como ao VJR.

A Administração realiza uma avaliação do objetivo para o qual um ativo financeiro é mantido em carteira e que melhor reflete a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas nessa avaliação incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados pela Companhia ao valor justo por meio do resultado. Esses ativos são continuamente mensurados ao valor justo. O ajuste a valor justo, os juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo efetua transações em que transfere ativos reconhecidos no seu balanço, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nestes casos, os ativos transferidos não são baixados sendo reconhecido o passivo financeiro correspondente.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos contratuais são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos contratuais modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um ativo ou passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação recebida ou paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.12 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;

- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é apresentada como dedução do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há mais de 360 dias e quando não há mais expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, entretanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

5.13 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

Os custos de transações de operações de captação em curso são mantidos em conta transitória do ativo até a sua alocação definitiva por ocasião da conclusão da operação.

5.14 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida do Grupo em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é calculado com base no seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado.

5.15 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado um arrendamento é definido como um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de contraprestação.

a. Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, quando aplicável, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimos e financiamentos incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimos e financiamentos como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos e financiamentos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

5.16 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

O valor reconhecido como provisão é mensurado levando-se em consideração a melhor estimativa do desembolso necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

O aumento ou redução da obrigação ao longo do tempo é reconhecido como complemento ou reversão no mesmo item de provisão.

5.17 Resultado por ação - básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, pelo número médio ponderado de ações no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição.

5.18 Informação por segmento

Os resultados de segmentos que são reportados ao Diretor Executivo de Operações incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, despesas administrativas, despesas de venda e despesas com aquisições de negócios.

A Administração considera que as operações da Companhia e suas controladas compõem dois segmentos operacionais identificáveis, classificados como DCC (*Dedicated Contract Carriage*) e TM (*Transportation Management*).

5.19 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, preparada de acordo com as normas contábeis aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira suplementar.

5.20 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como uma obrigação ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do dividendo mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

5.21 Ativos mantidos para venda

Os ativos ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui saldos classificados como ativos mantidos para venda, uma vez que os valores anteriormente reconhecidos nessa rubrica foram totalmente realizados durante o exercício de 2024.

5.22 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas informações financeiras da Companhia e suas controladas.

- a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.
A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;
- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

6 Impactos da reforma tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Avaliação de impacto

Em decorrência da promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e da publicação das Leis Complementares nº 214/2025 e nº 224/2025, que instituem o Imposto sobre Bens e Serviços (“IBS”) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”), a Companhia avaliou os potenciais impactos da nova sistemática tributária nas demonstrações financeiras referentes à data-base de 31 de dezembro de 2025.

Com base na legislação publicada até o momento e nas análises realizadas, a Companhia não identificou impactos relevantes na mensuração de ativos e passivos, nem nas principais premissas e estimativas contábeis adotadas na referida data-base.

A partir de 2026, a Companhia passou a destacar o IBS e a CBS nos documentos fiscais emitidos, em conformidade com o cronograma de implementação estabelecido na legislação aplicável.

A Administração segue monitorando a evolução da regulamentação e avaliando, de forma contínua, eventuais efeitos operacionais, fiscais e financeiros decorrentes da Reforma Tributária, que poderão impactar exercícios futuros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa	56	52	348	373
Bancos conta movimento	2.668	14.816	34.017	24.956
Aplicações financeiras (a)	324	4.268	3.752	6.297
	3.048	19.136	38.117	31.626

- (a) As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem qualquer desconto. Referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários, remunerados a uma taxa média de 100,00% da rentabilidade dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI) (100,57% em 31 de dezembro de 2024).

8 Outros ativos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aplicação financeira vinculada (a)	6.877	-	6.877	-
Outros	-	-	449	-
	6.877	-	7.326	-
Circulante	-	-	449	-
Não circulante	6.877	-	6.877	-

- (a) Valor referente a bloqueio judicial decorrente de execução fiscal promovida pelo Estado de São Paulo, relacionada a débitos de ICMS.

9 Contas a receber de clientes**a) Composição**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serviços de frete a receber no mercado interno	59.243	74.300	127.504	139.051
Serviços de frete a receber no mercado externo	28.438	26.528	28.438	26.528
Serviços de frete a receber no mercado interno partes relacionadas (Nota explicativa 35)	7.564	64.866	-	-
Serviços a faturar	10.172	10.597	25.072	21.346
Perda por redução ao valor recuperável	(1.512)	(2.003)	(3.628)	(3.622)
	103.905	174.288	177.386	183.303

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades. Se o prazo de vencimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

A Companhia realizou transações de cessão de créditos com coobrigação (nota explicativa 18), por meio das quais transfere a propriedade de títulos de contas a receber de clientes para instituições financeiras, recebendo antecipadamente os valores correspondentes, líquidos dos encargos financeiros da transação. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessas operações totalizava R\$ 16.384 na controladora (R\$ 15.249 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 35.040 no consolidado (R\$ 38.262 em 31 de dezembro de 2024).

b) Vencimento de contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	91.199	165.206	152.683	156.946
Vencidos até 30 dias	6.012	6.784	17.240	20.002
Vencidos de 31 a 60 dias	2.110	1.080	2.275	3.517
Vencidos de 61 a 90 dias	2.157	394	2.385	815
Vencidos de 91 a 180 dias	1.972	674	2.392	1.457
Vencidos de 181 a 360 dias	805	916	1.442	1.838
Vencidos acima de 360 dias	1.162	1.237	2.597	2.350
Perda por redução ao valor recuperável	(1.512)	(2.003)	(3.628)	(3.622)
	103.905	174.288	177.386	183.303

Os valores vencidos na Controladora com prazo superior a 90 dias referem-se, substancialmente, a contas a receber de partes relacionadas. Tais valores não apresentam risco de não realização, uma vez que a Controladora possui montantes a pagar às suas controladas, principalmente decorrentes de contratos de mútuo (vide nota explicativa 35).

A provisão para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. O cálculo da taxa de perda esperada é realizado de acordo com as perdas reais incorridas nos últimos 12 meses frente ao comportamento dos recebimentos no contas a receber por faixa de vencimento, esta informação possibilita estabelecer a média de perdas históricas (abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48). A movimentação no exercício encontra-se apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	2.003	2.663	3.622	3.954
Constituição de provisão	413	1.169	1.589	3.716
Reversão de provisão	(904)	(1.829)	(1.583)	(4.048)
Ao final do exercício	1.512	2.003	3.628	3.622

10 Estoques

Os estoques referem-se a pneus e peças de reposição para utilização na frota e materiais utilizados na manutenção de veículos e combustíveis.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pneus	690	450	822	1.062
Peças de reposição	6.014	7.804	6.524	8.040
Combustível	119	235	538	826
(-) Provisão estoque obsoleto	(3.544)	(5.606)	(3.550)	(5.611)
	3.279	2.883	4.334	4.317

A Companhia realiza periodicamente uma análise criteriosa dos estoques, com o objetivo de avaliar sua recuperabilidade econômica e assegurar que os saldos estejam compatíveis com as necessidades operacionais e com os valores realizáveis líquidos estimados.

Com base nessa avaliação, o saldo da provisão para perdas por obsolescência de estoques totalizava R\$ 3.544 (R\$ 5.606 em 31 de dezembro de 2024) na Controladora e R\$ 3.550 (R\$ 5.611 em 31 de dezembro de 2024) no Consolidado, refletindo o ajuste dos estoques aos seus respectivos valores realizáveis líquidos.

A provisão visa refletir, de forma adequada, a expectativa de realização dos ativos, considerando a possibilidade de não utilização ou venda de determinados itens. O saldo é substancialmente composto por peças de reposição com baixa rotatividade e materiais considerados em desuso.

Ativos dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2025, os estoques estavam em garantia na modalidade de alienação fiduciária, às debêntures (ver nota explicativa 19).

11 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PIS / COFINS a recuperar (a)	3.659	757	14.143	9.900
IVA a recuperar	4.303	2.955	4.303	2.955
ICMS a recuperar	294	294	294	294
INSS a recuperar (b)	258	759	1.057	1.571
	8.514	4.765	19.797	14.720
Circulante	4.211	1.810	15.494	11.765
Não circulante	4.303	2.955	4.303	2.955

- a) O Grupo possui ações judiciais relacionadas à exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais das bases de cálculo do PIS e da COFINS. Os valores reconhecidos referem-se às controladas Transeich Assessoria e Translag, que obtiveram o trânsito em julgado de suas respectivas ações em 12 de março de 2020 e 3 de fevereiro de 2021, retroagindo o direito ao crédito a abril de 2010 e agosto de 2011, respectivamente.

O reconhecimento contábil e a mensuração dos créditos mencionados foram realizados com base em pareceres de assessores jurídicos e tributários, considerando a interpretação da legislação vigente que confere à Controladora e às suas controladas o referido direito. Ademais, as ações ajuizadas pelo Grupo BBM basearam-se no entendimento relativo ao “ICMS destacado”, corroborado pelo julgamento favorável dos embargos de declaração interpostos pela União Federal no Recurso Extraordinário nº 574.706 (Tema nº 69), pelo Supremo Tribunal Federal.

Adicionalmente, em relação aos créditos de PIS e COFINS da controlada Diálogo, identificou-se que não estavam sendo considerados os créditos sobre serviços de transporte contratados na forma de subcontratação. Tal situação ocorreu em razão de os lançamentos contábeis estarem sendo efetuados por meio de provisões, que não geram direito a crédito de PIS e COFINS.

Diante disso, foi realizado ajuste no processo contábil, de modo a permitir que o registro das notas fiscais de serviços de transporte passasse a gerar automaticamente os créditos tributários correspondentes. Após a correção do procedimento, foram apurados e reconhecidos administrativamente os créditos de PIS e COFINS não aproveitados nos exercícios de 2022 e 2023, mediante retificação das obrigações acessórias pertinentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Controladora e sua controlada Translovato, com base em entendimentos jurídicos e administrativos, protocolaram pedidos de compensação via PER/DCOMP. Tais pedidos referem-se, substancialmente, a créditos oriundos de custos e serviços contratados diretamente relacionados às operações da Companhia.

- b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Controladora e suas controladas Translovato e Diálogo, com base em entendimentos jurídicos e administrativos, efetuaram pedidos de compensação via PER/DCOMP, decorrentes de créditos reconhecidos em revisões de bases de cálculo de encargos previdenciários e tributos retidos na fonte, principalmente relacionados à exclusão da base de cálculo do RAT Ajustado.

12 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas antecipadas (a)	11.614	10.346	21.767	17.914
Valores a receber por venda de veículos	-	-	181	164
Adiantamento a fornecedores (b)	2.038	3.725	5.134	6.776
Despesas reembolsáveis (c)	1.360	1.360	6.009	4.830
Adiantamentos a empregados	505	606	2.604	2.203
ICMS precatório (d)	796	796	796	796
Outros créditos	-	-	407	586
Total	16.313	16.833	36.898	33.269
Circulante	10.623	12.895	29.948	29.331
Não circulante	5.690	3.938	6.950	3.938

- (a) Os saldos apresentados referem-se, substancialmente aos valores de gastos com seguros de diversas coberturas, tais como: veículos, garantia cautelar fiscal, prediais, vida, ambientais entre outros, decorrentes de períodos de competências subsequentes, contabilizadas antecipadamente.
- (b) Adiantamentos, principalmente, para aquisição de peças de manutenção de máquinas e equipamentos.
- (c) Refere-se, substancialmente, a pagamento de contingências trabalhistas, que vieram ao conhecimento da Administração apenas após o período de um ano da combinação de negócios, e que, portanto, não foram contabilizados como parte do exercício de combinação de negócios. A Companhia tem o direito contratual de receber esses valores dos ex-controladores das investidas (ver nota explicativa 24).
- (d) Precatório a receber do estado de São Paulo em função de sentença favorável à BBM, referente a créditos de ICMS.

13 Direito de uso de ativos

Direito de uso do ativo	Controladora			
	Veículos	Imóveis	Equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2024	21.380	10.532	4.581	36.493
Novos contratos e adições (i)	3.918	16.878	645	21.441
Depreciação	(13.031)	(13.607)	(3.290)	(29.928)
Baixas (i)	(7.047)	(648)	-	(7.695)
Em 31 de dezembro de 2025	5.220	13.155	1.936	20.311

Direito de uso do ativo	Controladora			
	Veículos	Imóveis	Equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2023	82.688	13.276	5.683	101.647
Novos contratos e adições (i)	16.150	8.058	3.293	27.501
Depreciação	(41.739)	(10.543)	(3.805)	(56.087)
Baixas (i)	(35.719)	(259)	(590)	(36.568)
Em 31 de dezembro de 2024	21.380	10.532	4.581	36.493

Direito de uso do ativo	Consolidado			
	Veículos	Imóveis	Equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2023	34.226	44.199	6.175	84.600
Novos contratos e adições (i)	4.003	37.962	3.148	45.113
Depreciação	(18.017)	(42.086)	(6.189)	(66.292)
Baixas (i)	(7.199)	(1.700)	-	(8.899)
Em 31 de dezembro de 2024	13.013	38.375	3.134	54.522

	Consolidado			
Direito de uso do ativo	Veículos	Imóveis	Equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2023	93.777	58.772	9.354	161.903
Novos contratos e adições (i)	29.305	29.862	5.834	65.001
Depreciação	(47.792)	(37.848)	(6.335)	(91.975)
Baixas (i)	(41.064)	(6.587)	(2.678)	(50.329)
Em 31 de dezembro de 2024	34.226	44.199	6.175	84.600

- (i) As adições e baixas decorrem, essencialmente, a renovações contratuais, repactuações, atualizações de valores e inclusão e/ou baixas de ativos nos contratos de arrendamento existentes (vide nota explicativa 20).

14 Investimentos

a. Composição dos saldos

	Controladora	
Composição	2025	2024
Transeich Assessoria	104.606	111.282
Translovato	11.620	56.951
Translag	13.803	17.827
Diálogo (i)	22.667	33.382
	152.696	219.442

- (i) A totalidade das cotas da subsidiária Diálogo Logística Inteligente Ltda. estão alienadas fiduciariamente em favor dos debenturistas, conforme nota explicativa 19.

b. Movimentação dos saldos

	Controladora		
	Em 31 de dezembro de 2024	Resultado de equivalência patrimonial	Em 31 de dezembro de 2025
Transeich Assessoria	111.282	(6.676)	104.606
Translovato	56.951	(45.331)	11.620
Translag	17.827	(4.024)	13.803
Diálogo	33.382	(10.715)	22.667
Total	219.442	(66.746)	152.696

	Controladora		
	Em 31 de dezembro de 2023	Resultado de equivalência patrimonial	Em 31 de dezembro de 2024
Transeich Assessoria	117.455	(6.173)	111.282
Translovato	126.581	(69.630)	56.951
Translag	32.001	(14.174)	17.827
Diálogo	74.153	(40.771)	33.382
Total	350.190	(130.748)	219.442

c. Informações das subsidiárias

Os saldos das controladas apresentados nesta tabela consideram os valores patrimoniais com os ajustes da combinação de negócios.

Controladora					
Em 31 de dezembro de 2025	Prejuízo do exercício	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital social no encerramento do exercício (%)	Equivalência patrimonial da Controladora
Transeich Assessoria	(6.676)	54.646	74.187	100%	(6.676)
Translovato	(45.331)	18.375	(19.391)	100%	(45.331)
Translag	(4.024)	17.851	(5.248)	100%	(4.024)
Diálogo	(10.715)	1.588	(35.144)	100%	(10.715)

Controladora					
Em 31 de dezembro de 2024	Prejuízo do exercício	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital social no encerramento do exercício (%)	Equivalência patrimonial da Controladora
Transeich Assessoria	(6.173)	54.646	80.863	100%	(6.173)
Translovato	(69.630)	18.375	25.378	100%	(69.630)
Translag	(14.174)	17.851	(1.524)	100%	(14.174)
Diálogo	(40.771)	1.588	(26.036)	100%	(40.771)

As informações das controladas, sem os ajustes da combinação de negócios, são os seguintes:

Controladora						
Em 31 de dezembro de 2025	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Transeich Assessoria	13.324	114.326	46.731	6.731	74.188	(6.676)
Translovato	73.671	346.423	373.829	65.224	(18.959)	(44.899)
Translag	4.188	12.817	16.646	5.356	(4.997)	(3.773)
Diálogo	81.346	59.070	115.599	58.372	(33.555)	(9.126)

Controladora						
Em 31 de dezembro de 2024	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Transeich Assessoria	11.300	84.439	12.393	2.483	80.863	(6.174)
Translovato	78.252	333.152	341.191	44.273	25.940	(69.068)
Translag	7.238	22.181	29.229	1.413	(1.223)	(13.873)
Diálogo	63.912	81.453	161.662	8.132	(24.429)	(39.164)

15 Imobilizado

								Controladora
	Em 1º de janeiro de 2025	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Baixas da depreciação	Impairment (i)	Em 31 de dezembro de 2025
Máquinas e equipamentos	7.779	157	(14.231)	(1.057)	-	6.477	5.933	5.058
Veículos e tratores	107.195	3.137	(47.278)	(11.166)	-	30.061	(36)	81.913
Móveis e utensílios	1.200	11	(120)	(272)	-	45	-	864
Computadores e periféricos	1.444	625	(26)	(692)	-	13	-	1.364
Edificações	5.219	-	(597)	(1.793)	-	229	-	3.058
Embalagens para transporte	51	-	-	(28)	-	-	-	23
Imobilizações em andamento	-	175	-	-	-	-	-	175
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.041	99	(1.017)	(980)	-	561	-	704
Total	124.929	4.204	(63.269)	(15.988)	-	37.386	5.897	93.159

								Controladora
	Em 1º de janeiro de 2024	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Baixas da depreciação	Impairment (i)	Em 31 de dezembro de 2024
Máquinas e equipamentos	23.466	863	(502)	(2.915)	-	304	(13.437)	7.779
Veículos e tratores	145.121	6.140	(22.964)	(24.515)	420	15.592	(12.599)	107.195
Móveis e utensílios	1.317	144	-	(269)	8	-	-	1.200
Computadores e periféricos	1.955	267	(8)	(805)	27	8	-	1.444
Edificações	5.499	10	-	(290)	-	-	-	5.219
Embalagens para transporte	79	-	-	(28)	-	-	-	51
Imobilizações em andamento	4.061	3.021	-	-	(7.082)	-	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.527	232	-	(706)	59	-	(71)	2.041
Total	184.025	10.677	(23.474)	(29.528)	(6.568)	15.904	(26.107)	124.929

- (i) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu uma provisão para impairment sobre seus veículos e maquinários florestais. A provisão foi apurada com base em avaliações técnicas, principalmente em função dos impactos dos sinistros ocorridos, os quais resultaram na redução do valor recuperável desses ativos. O valor de impairment foi determinado pela comparação entre o valor contábil e o valor recuperável dos ativos, considerando as condições atuais de uso e os danos causados. Durante o exercício de 2025, com a venda de parte desses ativos, a provisão anteriormente reconhecida foi revertida proporcionalmente, refletindo a baixa contábil dos bens vendidos.

	Consolidado						
	Em 1º de janeiro de 2025	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Baixas da depreciação	Em 31 de dezembro de 2025
Máquinas e equipamentos	13.280	313	(14.231)	(2.843)	1.281	6.478	10.211
Veículos e tratores	131.893	3.328	(51.357)	(12.542)	-	33.572	104.757
Móveis e utensílios	2.816	109	(127)	(552)	118	51	2.415
Computadores e periféricos	3.122	730	(55)	(1.485)	404	42	2.758
Edificações	5.277	-	(781)	(1.835)	-	396	3.057
Embalagens para transporte	51	-	-	(28)	-	-	23
Imobilizações em andamento	1.655	2.159	-	-	(2.961)	-	853
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7.937	102	(1.017)	(2.968)	1.158	561	5.773
Total	166.031	6.741	(67.568)	(22.253)	-	41.100	129.847

	Consolidado						
	Em 1º de janeiro de 2024	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Baixas da depreciação	Em 31 de dezembro de 2024
Máquinas e equipamentos	29.096	2.483	(616)	(4.608)	8	354	13.280
Veículos e tratores	173.155	6.140	(26.437)	(26.562)	420	17.880	131.893
Móveis e utensílios	3.024	344	-	(560)	8	-	2.816
Computadores e periféricos	4.431	422	(11)	(1.768)	37	11	3.122
Edificações	5.619	10	-	(352)	-	-	5.277
Embalagens para transporte	79	-	-	(28)	-	-	51
Imobilizações em andamento	5.780	4.102	-	-	(8.227)	-	1.655
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9.922	266	(2.526)	(1.762)	1.186	922	7.937
Total	231.106	13.767	(29.590)	(35.640)	(6.568)	19.167	166.031

- (ii) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu uma provisão para impairment sobre seus veículos e maquinários florestais. A provisão foi apurada com base em avaliações técnicas, principalmente em função dos impactos dos sinistros ocorridos, os quais resultaram na redução do valor recuperável desses ativos. O valor de impairment foi determinado pela comparação entre o valor contábil e o valor recuperável dos ativos, considerando as condições atuais de uso e os danos causados. Durante o exercício de 2025, com a venda de parte desses ativos, a provisão anteriormente reconhecida foi revertida proporcionalmente, refletindo a baixa contábil dos bens vendidos.

a. Revisão do método de depreciação, vida útil e valor residual

Conforme descrito na nota explicativa 5.9, em 2025 a Administração revisou a vida útil e valor residual estimado de certos veículos e equipamentos.

b. Ativos dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2025, estoques, veículos, tratores, imóveis estão em garantia na modalidade de alienação fiduciária para empréstimos bancários e consórcios (ver nota explicativa 18).

c. Redução ao valor recuperável

Os ativos imobilizados da Companhia e suas controladas tem os seus valores recuperáveis analisados, no mínimo, anualmente, de forma a verificar se há indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram identificados e registrados ajustes por impairment, conforme detalhado na nota explicativa 16a, relacionados principalmente a veículos e maquinários florestais impactados por sinistros que reduziram significativamente seu valor recuperável.

16 Intangível

a. Composição dos saldos

		Controladora	
		2025	2024
Software		35.090	41.257
		35.090	41.257
		Consolidado	
		2025	2024
Software		50.883	55.375
Ágio na aquisição de subsidiárias		130.168	130.168
Carteira de clientes		6.034	8.080
Direito de uso de marca		2.643	3.242
Acordo de não concorrência		-	376
		189.728	197.241

b. Detalhamento do saldo por empresa

						Consolidado
Em 31 de dezembro de 2025	Software	Ágio na aquisição de subsidiárias	Carteira de clientes	Direito de uso de marca	Acordo de não concorrência	Total
BBM	35.090	-	-	-	-	35.090
Transeich						
Assessoria	15	30.438	-	-	-	30.453
Translovato	5.919	29.583	474	1.102	-	37.078
Translag	-	18.172	217	449	-	18.838
Diálogo	9.859	51.975	5.343	1.092	-	68.269
	50.883	130.168	6.034	2.643	-	189.728

Em 31 dezembro de 2024	Software	Ágio na aquisição de subsidiária	Carteira de clientes	Direito de uso de marca	Acordo de não concorrência	Total
BBM	41.257	-	-	-	-	41.257
Transeich Assessoria	20	30.438	-	-	-	30.458
Translovato	5.355	29.583	610	1.383	-	36.931
Translag	-	18.172	243	546	75	19.036
Diálogo	8.743	51.975	7.227	1.313	301	69.559
	<u>55.375</u>	<u>130.168</u>	<u>8.080</u>	<u>3.242</u>	<u>376</u>	<u>197.241</u>

c. Movimentação dos saldos

	Em 1º de janeiro de 2025	Adições	Baixas	(-) Amortização	Transferências	Controladora Em 31 de dezembro de 2025
Software	41.257	2.183	-	(8.350)	-	35.090
Total	<u>41.257</u>	<u>2.183</u>	<u>-</u>	<u>(8.350)</u>	<u>-</u>	<u>35.090</u>

	Em 1º de janeiro de 2025	Adições	Baixas	(-) Amortização	Transferências	Em 31 de dezembro de 2025
Software	35.115	5.216	(39)	(5.603)	6.568	41.257
Total	<u>35.115</u>	<u>5.216</u>	<u>(39)</u>	<u>(5.603)</u>	<u>6.568</u>	<u>41.257</u>

	Em 1º de janeiro de 2025	Adições	Baixas	(-) Amortização	Transferências	Consolidado Em 31 de dezembro de 2025
Software	55.375	5.871	(59)	(10.304)	-	50.883
Ágio	130.168	-	-	-	-	130.168
Carteira de clientes	8.080	-	-	(2.046)	-	6.034
Direito de uso de marca	3.242	-	-	(599)	-	2.643
Acordo de não concorrência	376	-	-	(376)	-	-
Total	<u>197.241</u>	<u>5.871</u>	<u>(59)</u>	<u>(13.325)</u>	<u>-</u>	<u>189.728</u>

	Em 1º de janeiro de 2025	Adições	Baixas	(-) Amortização	Transferências	Em 31 de dezembro de 2025
Software	44.174	11.427	(39)	(6.755)	6.568	55.375
Ágio	130.168	-	-	-	-	130.168
Carteira de clientes	10.127	-	-	(2.047)	-	8.080
Direito de uso de marca	3.842	-	-	(600)	-	3.242
Acordo de não concorrência	1.020	-	-	(644)	-	376
Total	<u>189.331</u>	<u>11.427</u>	<u>(39)</u>	<u>(10.046)</u>	<u>6.568</u>	<u>197.241</u>

d. Redução ao valor recuperável

O ágio é alocado à Unidade Geradora de Caixa (UGC) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para o Grupo de Unidade Geradora de Caixa que deve se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

Segue abaixo um resumo do valor contábil do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) da UGC *Transportation Management* (TM):

	2025	2024
TM	130.168	130.168
	<u>130.168</u>	<u>130.168</u>

O valor recuperável do ágio é testado anualmente e foi baseado no seu valor justo. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação.

O valor recuperável do ágio é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Companhia para um período de cinco anos.

Conforme determina o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia avaliou a existência de indicativos internos e externos de perda no valor recuperável de seus ativos, tanto individualmente quanto no nível de UGCs.

Apesar do contexto de recuperação extrajudicial, que representa um evento econômico relevante, não foram identificadas evidências objetivas de que os valores contábeis dos ativos ou das UGCs excedam seus respectivos valores recuperáveis.

A Administração analisou os seguintes fatores:

Os resultados operacionais das principais unidades apresentaram variações não relevantes em relação ao orçamento aprovado, e permanecem dentro de parâmetros considerados normais pela Administração, à luz do contexto macroeconômico e operacional vigente.

Não foram identificadas alterações adversas relevantes no ambiente econômico, jurídico ou de mercado que, consideradas as características operacionais da Companhia e os mecanismos contratuais de repasse de custos existentes, sejam capazes de comprometer a geração de caixa dos ativos avaliados;

As projeções de fluxo de caixa continuam indicando a capacidade de geração de benefícios econômicos futuros compatíveis com os valores contábeis.

As principais premissas para os cálculos dos valores em uso são:

- A Companhia determinou o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social orçado, considerando o crescimento estimado no volume de vendas durante os próximos cinco exercícios;
- As taxas de crescimento da receita consideram a média anual dos próximos cinco anos estimadas em 14,00% (9,60% a.a. em 31 de dezembro de 2024), e são baseadas no volume de crescimento das vendas, fundamentada nos desempenhos anteriores e nas expectativas de expansão e desenvolvimento do mercado.
- Adicionalmente, foram estimadas para a unidade geradora de caixa a taxa de desconto (WACC) de 15,00% (15,01% a.a. em 31 de dezembro de 2024) e taxa de crescimento na perpetuidade de 3,3% (3,4% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

Os valores referentes aos fluxos de caixa foram determinados a partir do EBTIDA projetado, reduzido do imposto de renda e da contribuição social desembolsáveis, logo, foi adicionado ou subtraído a variação do capital de giro, e por fim, deduzido o Capex das empresas.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 não foram observadas evidências que pudessem indicar necessidade de constituição de provisão para *impairment* sobre a UGC como um todo. O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R\$ 1.577.839 (R\$ 645.490 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia continuará monitorando seus ativos e premissas operacionais de forma contínua, especialmente em função do atual contexto econômico e do processo de recuperação extrajudicial.

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores nacionais (i)	102.761	112.007	187.856	182.366
Frete a pagar	2.562	2.022	24.226	23.943
	105.323	114.029	212.082	206.309

- (i) Fornecedores nacionais compreendem todos os fornecedores situados no território nacional, abrangendo diferentes tipos de contratações, incluindo principalmente prestadores de serviços, tais como: manutenção, tecnologia, consultoria financeira e jurídica, entre outros, bem como fornecedores de insumos operacionais e materiais administrativos. O saldo em aberto, em sua maior parte, encontram-se paralisados, sem pagamento, em virtude do pedido de recuperação extrajudicial.

Os valores incluem a atualização de juros e multas incidentes sobre atrasos nos pagamentos, reconhecidos conforme a competência contábil.

18 Empréstimos e financiamentos

Os saldos mantidos como empréstimos e financiamentos, em moeda nacional, são referentes a captação de linhas de capital de giro, principalmente para investimentos em projetos de tecnologia e suprir as necessidades de caixa da Companhia.

a. Composição

Controladora							
Modalidade	Encargos anuais médios		Passivo circulante		Passivo não circulante		Total
Em moeda nacional	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Capital de giro (i)	17,08%	15,22%	243.714	219.799	-	-	243.714
Cessão de créditos (ii)	27,38%	24,53%	16.384	15.249	-	-	16.384
			260.098	235.048	-	-	260.098

Consolidado							
Modalidade	Encargos anuais médios		Passivo circulante		Passivo não circulante		Total
Em moeda nacional	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Capital de giro (i)	17,08%	15,15%	250.547	221.641	-	-	250.547
Cessão de créditos (ii)	27,38%	24,54%	35.040	38.262	-	-	35.040
			285.587	259.903	-	-	285.587

- (i) O saldo em aberto, em sua maior parte, encontram-se paralisados, sem pagamento, em virtude do pedido de recuperação extrajudicial.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia realizou transações de cessão de créditos com coobrigação, em que transfere a propriedade dos títulos de contas a receber de clientes (nota explicativa 9) para as instituições financeiras e recebe antecipadamente o valor do contas a receber, descontado dos juros da transação.

b. Movimentação

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2025	235.048	259.903
Captação	249.928	589.797
Custo de captação	(228)	(697)
Encargos financeiros	38.054	48.391
Amortização – principal	(248.802)	(588.228)
Pagamento - juros e variações (*)	(13.902)	(23.579)
Em 31 de dezembro de 2025	260.098	285.587
	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2024	244.482	271.871
Captação	90.535	394.945
Custo de captação	(237)	(237)
Encargos financeiros	39.825	47.143
Amortização – principal	(114.635)	(421.742)
Pagamento - juros e variações (*)	(24.922)	(32.077)
Em 31 de dezembro de 2024	235.048	259.903

- (*) Na demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos estão apresentados no fluxo de caixa das atividades de financiamento de acordo com a política da Administração.

c. Vencimentos

A Controladora e suas controladas não possuem saldos classificados no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Em outubro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da captação e aditamento de empréstimos para capital de giro no valor de R\$ 52.070 com a finalidade de alongamento das operações de giro e amortização de parcelas de capital vincendas em 2024 do CDCA anteriormente contratado.

As principais características da operação estão descritas abaixo:

- Prorrogação dos vencimentos das parcelas decorrentes das captações já realizadas de R\$ 28.000; e
- Captação de novos recursos, dos quais R\$ 10.945 foram ingressados no caixa da Controladora em dezembro de 2023, e R\$ 13.125 ingressaram em parcelas mensais ao longo do primeiro semestre de 2024.

As transações descritas acima, possuem o último vencimento em setembro de 2028, com pagamento de juros mensais e parcelas de principal em 50 prestações fixas, vencendo a primeira em agosto de 2024. Os encargos financeiros são correspondentes à taxa média dos certificados de depósito interbancário (CDI) acrescida de 5,30% pontos percentuais efetivos ao ano.

Em adição, em novembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a obtenção de novo financiamento bancário no valor de R\$ 77.360, tendo como finalidade o pré-pagamento dos contratos de financiamento bancário anteriormente firmados.

As principais características da operação estão descritas abaixo:

- Prazo de 48 meses, sendo 12 meses de carência e 36 meses de amortização do principal acrescido dos encargos financeiros; e

- Encargos financeiros correspondentes à taxa do certificado de depósito interbancário (CDI) acrescida de 2,92% pontos percentuais efetivos ao ano.

Em 31 de dezembro de 2025, veículos, tratores e imóveis estão dados em garantia na modalidade de alienação fiduciária para empréstimos bancários. O montante de empréstimos e financiamentos garantidos por esses bens é de R\$ 124.722 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 93.970 em 31 de dezembro de 2024).

A Administração avaliou os requerimentos da norma para determinar se os fluxos de caixa mudaram significativamente e concluiu que o passivo financeiro não modificou substancialmente.

d. Covenants

Em decorrência do descumprimento de um *covenant* (com vencimento não automático) das debêntures (*cross default*) calculado semestralmente, a Companhia reclassificou desde 30 de junho de 2024, as parcelas de empréstimos bancários do não circulante para o circulante, que em 31 de dezembro de 2025 totalizam R\$ 55.614 (R\$ 125.621 em 31 de dezembro de 2024).

19 Debêntures

a) Composição

Descrição	Controladora e Consolidado					
	Circulante		Não circulante		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Principal	189.699	189.699	-	-	189.699	189.699
Custo de emissão	(3.093)	(1.152)	-	-	(3.093)	(1.152)
Juros	70.014	15.301	-	-	70.014	15.301
	<u>256.620</u>	<u>203.848</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>256.620</u>	<u>203.848</u>

O saldo em aberto, em sua maior parte, encontram-se paralisados, sem pagamento, em virtude do pedido de recuperação extrajudicial.

b) Movimentação

	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2024	203.848
Custo de captação	(1.941)
Juros e custo da transação apropriados	54.713
Em 31 de dezembro de 2025	256.620
Em 31 de dezembro de 2023	192.668
Custo de captação	(2.198)
Amortização principal	(6.685)
Amortização de juros (*)	(26.235)
Juros e custo da transação apropriados	46.298
Em 31 de dezembro de 2024	203.848

- (*) Na demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos estão apresentados no fluxo de caixa das atividades de financiamento de acordo com a política da Administração.

c) Vencimentos (*)

Ano	Controladora e Consolidado					
	Circulante		Não circulante		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
2024	259.713	205.000	-	-	259.713	205.000
	<u>259.713</u>	<u>205.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>259.713</u>	<u>205.000</u>

* Não inclui custos de emissão.

Reestruturação e aditamento da 3ª emissão de debêntures

Em 14 de dezembro de 2023 o Conselho de Administração e a Assembleia Geral de Debenturista, aprovou a reestruturação da 3ª emissão de debêntures, com alteração em determinados termos, condições e características, de forma a possibilitar, inclusive, o desdobramento da série única para duas séries, que passaram a vigorar com as seguintes características:

Primeira série: R\$ 159.000

- Vencimento final previsto para dezembro de 2028;
- Amortização mensal do principal, a partir janeiro de 2025;
- Remuneração de CDI + 4,75% a.a., com pagamento de juros mensal a partir de janeiro de 2024.

Segunda série: R\$ 30.000

- Vencimento final previsto para dezembro de 2026;
- Amortização mensal do principal, a partir janeiro de 2026;
- Remuneração de CDI + 4,75% a.a., com pagamento de juros mensal a partir de janeiro de 2024.

As debêntures são da espécie com garantia real, na forma disposta pelo artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. A garantia é a cessão fiduciária de todos os direitos creditórios decorrentes do contrato com o cliente CMPC Celulose Riograndense Ltda, além de garantia real perfazendo 60% do total da emissão composto pela alienação fiduciária de 100% das cotas da subsidiária Diálogo Logística Inteligente, alienação fiduciária de veículos e penhor de estoques.

A Administração avaliou os requerimentos da norma para determinar se os fluxos de caixa mudaram significativamente e concluiu que o passivo financeiro não modificou substancialmente.

d) Covenants

A Companhia reclassificou as parcelas de debentures do não circulante para o circulante pelo descumprimento de um *covenant* financeiro calculado semestralmente relacionado a dívida líquida sobre o EBITDA LTM (com vencimento não automático), que em 31 de dezembro de 2025 totalizam R\$ 79.436 (R\$ 152.868 em 31 de dezembro de 2024).

20 Arrendamentos

Os passivos de arrendamento são reconhecidos pelo valor presente dos seus fluxos de pagamento à taxa incremental de desconto da Companhia, em contrapartida ao ativo de direito de uso.

As taxas (a.a.) utilizadas para o cálculo, estão conforme abaixo:

Contratos	Controladora e Consolidado	
	Contratos firmados a partir de 1º de julho de 2023	Contratos firmados a partir de 1º de julho de 2024
Veículos	16,86%	19,58%
Imóveis	15,87%	19,14%
Equipamentos	16,80%	23,93%

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2024	63.772	119.451
Novos contratos e adições (i)	21.441	45.113
Baixa*	(9.348)	(10.547)
Juros apropriados	3.345	8.745
Pagamentos de juros	(3.345)	(8.745)
Pagamentos realizados	(33.678)	(71.833)
Em 31 de dezembro de 2025	42.187	82.184
Circulante	35.219	57.342
Não circulante	6.968	24.842

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2023	127.794	199.076
Novos contratos e adições (i)	27.501	65.001
Baixa*	(40.372)	(55.129)
Juros apropriados	10.260	18.942
Pagamentos de juros	(10.260)	(18.942)
Pagamentos realizados	(51.151)	(89.497)
Em 31 de dezembro de 2024	63.772	119.451
Circulante	52.039	79.500
Não circulante	11.733	39.951

(*) As adições e baixas decorrem, essencialmente, de repactuações nos contratos de arrendamento existentes e, portanto, são consideradas como transações que não afetam caixa (vide nota explicativa 13).

Os créditos de PIS / COFINS sobre os valores a pagar pelos arrendamentos não foram deduzidos dos correspondentes ativos de direitos de uso. Por ocasião do pagamento das contraprestações dos contratos de arrendamento, os referidos créditos são reconhecidos em contrapartida das despesas de depreciação e despesas financeiras. A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS / COFINS a recuperar embutido na contraprestação vincendas de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

2025	Controladora			Consolidado		
Tipo de arrendador	Valor presente	Valor nominal	PIS / COFINS potencial	Valor presente	Valor nominal	PIS / COFINS potencial
Pessoa física	302	327	-	302	327	-
Pessoa jurídica	41.885	45.405	4.200	81.882	91.120	8.429
	42.187	45.732	4.200	82.184	91.447	8.429

2024	Controladora			Consolidado		
Tipo de arrendador	Valor presente	Valor nominal	PIS / COFINS potencial	Valor presente	Valor nominal	PIS / COFINS potencial
Pessoa física	3.325	3.841	-	3.325	3.841	-
Pessoa jurídica	60.447	64.030	5.923	116.126	132.362	12.243
	63.772	67.871	5.923	119.451	136.203	12.243

21 Obrigações sociais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão de férias	6.576	10.120	17.745	21.784
Ordenados e salários	1.322	-	2.015	-
INSS a pagar	2.203	3.401	7.733	8.983
Provisão de 13º salário	1.810	1.468	9.557	7.177
Encargos s/ provisão férias e 13º salário	1.406	1.700	3.803	3.658
FGTS a recolher	2.367	2.584	4.257	5.795
Outros	-	-	97	-
	15.684	19.273	45.207	47.397
Circulante	15.329	17.592	44.852	44.046
Não circulante	355	1.681	355	3.351

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social

FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

22 Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PIS/COFINS a recolher	73.997	43.148	147.560	100.140
ICMS a recolher	5.654	52.425	56.603	148.037
CPRB a recolher	30.598	17.870	61.785	39.408
Impostos retidos	47.661	40.546	85.527	77.776
ISS a recolher	1.597	1.930	3.416	3.893
IOF a recolher	4.354	1.071	8.517	4.269
Outros impostos a recolher	245	310	1.454	740
Total	164.106	157.300	364.862	374.263

O aumento do saldo em 31 de dezembro de 2025 está principalmente relacionado ao atraso no pagamento de impostos ao longo de 2025. Adicionalmente, a Companhia iniciou processos de negociação desses débitos junto aos órgãos competentes.

23 Parcelamento de tributos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PIS / COFINS/ CPRB e PERT (a)	14.732	5.668	80.848	17.788
ICMS (b)	70.573	883	147.836	884
	85.305	6.551	228.684	18.672
Circulante	19.243	3.340	68.110	9.915
Não circulante	66.062	3.211	160.574	8.757

- a) A Companhia apresenta saldo de parcelamentos de tributos federais da Controladora e de suas controladas no montante de R\$ 14.732 na Controladora e R\$ 80.848 no consolidado. Os tributos contemplados nos parcelamentos foram PIS, COFINS, INSS, CPRB, IRPJ, CSLL e impostos retidos.
- b) A Companhia realizou parcelamentos de tributos estaduais da Controladora e de suas controladas, totalizando um saldo remanescente de R\$ 70.573 na Controladora e R\$ 147.836 em suas controladas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo remanescente do montante parcelado nas controladas corresponde a: 1) R\$ 50.812 na Translovato, 2) R\$ 1.565 na Translag e 3) R\$ 24.886 na empresa Diálogo.

24 Contas a pagar por aquisição de controladas

a. Composição dos saldos a valor justo

	Controladora e consolidado	
	Circulante	
	2025	2024
Translovato (a)	15.335	13.592
Translag (b)	8.968	7.949
Diálogo (c)	22.249	19.719
	46.552	41.260

- (a) Valor composto por parcelas mensais vencidas em 2024, atualizadas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), apurada entre a data de fechamento da operação e as datas de pagamento de cada parcela. Os valores em aberto encontram-se paralisados, sem pagamento, em virtude do pedido de recuperação extrajudicial.

- (b) Valor referente à terceira parcela da aquisição da controlada Translag, atualizada pela variação do CDI, apurada entre a data de fechamento da operação e a data de pagamento da parcela. O montante foi retido como garantia das obrigações dos vendedores quanto à indenização à Companhia por “Perdas Materializadas” e “Perdas Potenciais”, conforme previsto no contrato de compra e venda. Os valores em aberto encontram-se paralisados, sem pagamento, em virtude do pedido de recuperação extrajudicial.
- (c) Valor referente à terceira parcela da contraprestação contingente (earn-out), vencida em 2024, atualizada pela variação do CDI, apurada entre a data de fechamento da operação e a data prevista para pagamento. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reviu a expectativas dos valores a pagar, o que gerou ajuste de R\$ 9.227 nos valores a pagar lançados em contrapartida da rubrica de Perda por ajuste ao contas a pagar de aquisição de controladas (vide nota explicativa 33), na demonstração de resultado. Os valores em aberto encontram-se paralisados, sem pagamento, em virtude do pedido de recuperação extrajudicial.

b. Vencimento das parcelas

Ano	Circulante	
	2025	2024
2024	46.552	41.260
	46.552	41.260

25 Outras contas a pagar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento de clientes (a)	20.087	37.448	22.714	42.834
Comissões a pagar (b)	5.896	2.068	5.896	2.069
Reembolsos diversos	2.869	2.868	2.869	2.868
Indenização de carga a pagar	-	5	3.268	2.958
Repom – limite (c)	-	228	10.426	10.391
Outras contas a pagar	1.633	57	2.085	163
Total	30.485	42.674	47.258	61.283
Circulante	29.763	42.674	46.536	61.283
Não circulante	722	-	722	-

- (a) Referem-se substancialmente ao valor presente de adiantamento de cliente recebido a ser compensado em parcelas mensais, vencíveis até 2028, com o produto da prestação de serviços ao referido cliente. Em adição à garantia de alienação fiduciária das máquinas adquiridas pela Companhia com os recursos do adiantamento, há requerimento de manutenção de certos indicadores financeiros a serem mantidos pela BBM e avaliados em bases trimestrais. Em 31 de dezembro de 2025 os indicadores encontram-se excedidos e, desta forma, o saldo do adiantamento foi reclassificado para o passivo circulante, atendendo a norma contábil.

Não obstante a reclassificação antes mencionada, a Administração entende que a liquidação do contrato ocorrerá ao longo da prestação dos serviços regulares, no prazo originalmente previsto, tendo em vista que não há interesse em efetivamente antecipar o vencimento, uma vez que isto prejudicaria os serviços de colheita florestal e, por consequência, o negócio de ambas as partes envolvidas. Cabe ainda salientar que não há risco de cross covenant dos contratos financeiros de debêntures e empréstimos da Companhia na medida em que este contrato não é uma obrigação financeira, e sim um acordo comercial;

- (b) Comissão referente a administração da carteira de clientes, gestão comercial e operacional do negócio no Uruguai;
- (c) Repom refere-se ao meio de pagamento eletrônico mandatório para o pagamento dos motoristas freteiros e agregados. O montante se refere ao saldo necessário para cobrir os saques efetuados pelos motoristas em suas contas no Repom.

26 Provisões para processos judiciais**a. Composição**

	Controladora			Consolidado		
		Depósitos em garantia	Líquido		Depósitos em garantia	Líquido
2025	Provisão			Provisão		
Ações fiscais	5.626	-	5.626	19.800	-	19.800
Ações cíveis	1.887	-	1.887	2.474	-	2.474
Ações trabalhistas	32.286	4.074	28.212	40.821	6.072	34.749
	39.799	4.074	35.725	63.095	6.072	57.023

	Controladora			Consolidado		
		Depósitos em garantia	Líquido		Depósitos em garantia	Líquido
2024	Provisão			Provisão		
Ações fiscais	784	-	784	8.607	-	8.607
Ações cíveis	1.064	-	1.064	1.635	-	1.635
Ações trabalhistas	35.676	2.668	33.008	48.149	4.951	43.198
	37.524	2.668	34.856	58.391	4.951	53.440

b. Movimentação dos saldos

	Controladora				
	2024	Adições	Pagamentos	Reversões	2025
Ações fiscais	784	4.842	-	-	5.626
Ações cíveis	1.064	1.414	(409)	(182)	1.887
Ações trabalhistas	35.676	5.136	(5.397)	(3.129)	32.286
	37.524	11.392	(5.806)	(3.311)	39.799

	Controladora				
	2023	Adições	Pagamentos	Reversões	2024
Ações fiscais	-	784	-	-	784
Ações cíveis	378	3.174	(2.354)	(134)	1.064
Ações trabalhistas	15.750	28.056	(4.711)	(3.419)	35.676
	16.128	32.014	(7.065)	(3.553)	37.524

	Consolidado				
	2024	Adições	Pagamentos	Reversões	2025
Ações fiscais	8.607	12.819	-	(1.626)	19.800
Ações cíveis	1.635	1.832	(710)	(283)	2.474
Ações trabalhistas	48.149	8.565	(11.143)	(4.750)	40.821
	58.391	23.216	(11.853)	(6.659)	63.095

	Consolidado				
	2023	Adições	Pagamentos	Reversões	2024
Ações fiscais	7.857	873	-	(123)	8.607
Ações cíveis	1.035	3.443	(2.464)	(379)	1.635
Ações trabalhistas	28.027	38.574	(10.345)	(8.107)	48.149
	36.919	42.890	(12.809)	(8.609)	58.391

A Companhia e suas controladas são parte em ações de naturezas tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como prováveis, possíveis e remotas, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. O valor total das ações classificadas como possíveis em 31 de dezembro de 2025, na Controladora, para as quais não há provisão constituída é de R\$ 75.365 (R\$ 71.294 em 31 de dezembro de 2024) e no Consolidado R\$ 136.015 (R\$ 141.896 em 31 de dezembro de 2024). As naturezas das ações são as seguintes:

Tipo	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Tributária	1.016	1.016	8.480	39.140
Cível	11.031	17.847	26.046	21.299
Trabalhista	63.318	52.431	101.489	81.457
Total	75.365	71.294	136.015	141.896

Contingências trabalhistas

Consistem principalmente em verbas relacionadas a jornada de trabalho (horas extraordinárias e intervalos), adicionais e indenizações.

Contingências tributárias

Consistem, essencialmente, em questionamentos acerca de dívidas tributárias decorrentes direta ou indiretamente de uma ação cautelar fiscal ajuizada pela União Federal, por meio da qual pretende-se imputar à Companhia uma suposta responsabilidade por débitos tributários exigidos em antigas Execuções Fiscais, nas quais a Companhia não é parte.

Assim a Companhia está tomando todas as medidas necessárias em sua defesa, sendo que os assessores jurídicos classificam a chance de perda na cautelar fiscal como possível com tendência a remota.

Contingências cíveis

As contingências cíveis estão relacionadas, essencialmente, a ações indenizatórias decorrentes de acidente de trânsito e divergência contratuais pontuais.

27 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, até o limite de R\$ 800.000 mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de subscrição e integralização.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 40.760.818 ações (40.760.818 ações em 31 de dezembro de 2024), totalizando R\$ 102.490 (R\$ 102.490 em 31 de dezembro de 2024).

A participação dos acionistas no capital social da Companhia é assim demonstrada:

	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Acionistas	2025		2024	
Stratus SCP Coinvestimentos I - Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia	26.739.595	65,60%	26.739.595	65,60%
Marcos Egídio Battistella	11.685.287	28,67%	11.685.287	28,67%
Juarez Luiz Nicolotti	2.335.936	5,73%	2.335.936	5,73%
	40.760.818	100%	40.760.818	100%

b. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

O Estatuto Social vigente determina a distribuição aos acionistas de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 32 do Estatuto Social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404 / 76. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a Assembleia Geral poderá deliberar pela não distribuição do dividendo mínimo obrigatório.

28 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizados no cálculo do prejuízo básico e diluído por ação e para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(252.881)	(374.903)	(252.881)	(374.903)
Prejuízo por ação básico:				
Média das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	40.760.818	40.760.818	40.760.818	40.760.818
Prejuízo por ação básico (em R\$)	(6,2040)	(9,1976)	(6,2040)	(9,1976)
Prejuízo por ação diluído:				
Média das ações ordinárias disponíveis (em unidades)	40.760.818	40.760.818	40.760.818	40.760.818
Prejuízo por ação diluído (em R\$)	(6,2040)	(9,1976)	(6,2040)	(9,1976)

29 Gerenciamento do capital

A política da Administração é a de manter uma estrutura de capital de forma a garantir o desenvolvimento sustentável do negócio e continuar a ter a confiança dos credores e do mercado.

A Administração, diante dos desafios já relatados na nota explicativa 3, não vem medindo esforços para manter o equilíbrio entre níveis de alavancagem e uma posição de capital adequado. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

30 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e a contribuição social correntes a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda a recuperar (i)	1.606	2.531	11.820	13.501
Contribuição social sobre o lucro líquido	116	161	2.967	3.198
	1.722	2.692	14.787	16.699
Circulante	-	1.599	12.810	15.176
Não circulante (ii)	1.722	1.093	1.977	1.523

(i) O saldo de imposto de renda e contribuição social a recuperar é substancialmente composto por valores decorrentes da exclusão de créditos presumidos e de ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL na controlada Diálogo, relativos aos exercícios de 2018 a 2022, que resultaram na apuração de saldos negativos de tributos, dos quais permanece saldo remanescente de R\$ 3.670. Adicionalmente, inclui saldo negativo de IRPJ e CSLL apurado pela controlada Translovato, no montante de R\$ 6.615.

- (ii) A parcela do imposto de renda e contribuição social a recuperar classificada no não circulante é originária da incorporação da Transeich Armazéns Gerais S.A. Estes valores estão passando por processo administrativo com o intuito de compensação com débitos da controladora. Os valores foram mantidos no ativo não circulante devido à incerteza do momento de disponibilidade para uso.

Incerteza sobre tratamentos fiscais

A Companhia reconheceu créditos com base em jurisprudência de matérias tributárias. Considerando as práticas de mercado e posições de consultorias e advogados sobre tais temas a administração decidiu pelo aproveitamento administrativo dado que considerou positiva a possibilidade de defesa administrativa ou judicial, classificada como possível.

b. Imposto de renda e a contribuição social correntes a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IR/CSLL a recolher	1.443	1.311	2.989	5.530
	<u>1.443</u>	<u>1.311</u>	<u>2.989</u>	<u>5.530</u>

c. Imposto de renda e a contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Os saldos de imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
	(reapresentado)		(reapresentado)	
Ativo não circulante				
Prejuízos fiscais a compensar	267.446	234.367	336.167	273.996
Provisão contingências	13.532	12.758	21.452	19.853
Provisões para custos	5.517	10.552	11.385	19.240
Provisão para participação dos lucros	449	-	685	-
Provisão para comissões	2.005	703	2.005	703
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	514	681	1.234	1.231
Provisão para honorários advocatícios	91	91	1.617	1.957
Contratos de arrendamento	9.987	9.047	14.834	13.043
Provisões de encargos financeiros	14.747	1.375	19.625	2.341
Perda por impairment do imobilizado	6.871	8.876	6.941	8.912
(-) Redução ao valor recuperável dos impostos diferidos	(85.282)	-	(94.799)	(6.952)
(-) Redução ao valor recuperável dos impostos diferidos ajustado (a)	-	(32.629)	-	(32.629)
Outras diferenças temporárias	107	99	2.218	2.255
	<u>235.984</u>	<u>245.920</u>	<u>323.364</u>	<u>303.950</u>
Passivo não circulante				
Intangível gerado em combinação de negócios	-	-	(3.013)	(4.184)
Diferença entre a depreciação fiscal e societária	(13.694)	(36.658)	(11.158)	(34.559)
Outras diferenças temporárias	(1.312)	(1.312)	(1.312)	(1.312)
	<u>(15.006)</u>	<u>(37.970)</u>	<u>(15.483)</u>	<u>(40.055)</u>
Ativo fiscal diferido líquido	<u>220.978</u>	<u>207.950</u>	<u>307.881</u>	<u>263.895</u>

- (a) Ver nota explicativa 1.1

A movimentação do imposto diferido está apresentada da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	Em 1º de janeiro de 2025	Reconhecido no resultado	Em 31 de dezembro de 2025	Em 1º de janeiro de 2025	Reconhecido no resultado	Em 31 de dezembro de 2025
Ativo não circulante						
Prejuízos fiscais a compensar	234.367	33.079	267.446	273.996	62.171	336.167
Provisão contingências	12.758	774	13.532	19.853	1.599	21.452
Provisões para custos	10.552	(5.035)	5.517	19.240	(7.855)	11.385
Provisão para participação dos lucros	-	449	449	-	685	685
Provisão para comissões	703	1.302	2.005	703	1.302	2.005
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	681	(167)	514	1.231	3	1.234
Provisão para honorários advocatícios	91	-	91	1.957	(340)	1.617
Contratos de arrendamento	9.047	940	9.987	13.043	1.791	14.834
Provisões de encargos financeiros	1.375	13.372	14.747	2.341	17.284	19.625
Perda por impairment do imobilizado	8.876	(2.005)	6.871	8.912	(1.971)	6.941
(-) Redução ao valor recuperável dos impostos diferidos	-	(85.282)	(85.282)	(6.952)	(87.847)	(94.799)
(-) Redução ao valor recuperável dos impostos diferidos ajustado (i)	(32.629)	32.629	-	(32.629)	32.629	-
Outras diferenças temporárias	99	8	107	2.255	(37)	2.218
	245.920	(9.936)	235.984	303.950	19.414	323.364
Passivo não circulante						
Intangível gerado em combinação de negócios	-	-	-	(4.184)	1.171	(3.013)
Diferença entre a depreciação fiscal e societária	(36.658)	22.964	(13.694)	(34.559)	23.401	(11.158)
Outras diferenças temporárias	(1.312)	-	(1.312)	(1.312)	-	(1.312)
	(37.970)	22.964	(15.006)	(40.055)	24.572	(15.483)
Ativo fiscal diferido líquido	207.950	13.028	220.978	263.895	43.986	307.881

(i) Ver nota explicativa 1.1.

Ativo não circulante	Controladora (reapresentado)			Consolidado (reapresentado)		
	Em 1º de janeiro de 2024	Reconhecido no resultado	Em 31 de dezembro de 2024	Em 1º de janeiro de 2024	Reconhecido no resultado	Em 31 de dezembro de 2024
Prejuízos fiscais a compensar	131.680	102.687	234.367	143.118	130.878	273.996
Provisão contingências	5.484	7.274	12.758	12.552	7.301	19.853
Provisões para custos	2.051	8.501	10.552	6.043	13.197	19.240
Provisão para comissões	682	21	703	682	21	703
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	906	(225)	681	1.344	(113)	1.231
Provisão para honorários advocatícios	92	(1)	91	484	1.473	1.957
Contratos de arrendamento	4.934	4.113	9.047	7.306	5.737	13.043
Provisões de encargos financeiros	-	1.375	1.375	-	2.341	2.341
Perda por impairment do imobilizado	-	8.876	8.876	-	8.912	8.912
(-) Redução ao valor recuperável dos impostos diferidos	-	-	-	-	(6.952)	(6.952)
(-) Redução ao valor recuperável dos impostos diferidos ajustado (i)	-	(32.629)	(32.629)	-	(32.629)	(32.629)
Outras diferenças temporárias	22	77	99	597	1.658	2.255
	145.851	100.069	245.920	172.126	131.824	303.950
Passivo não circulante						
Intangível gerado em combinação de negócios	-	-	-	(5.456)	1.272	(4.184)
Diferença entre a depreciação fiscal e societária	(28.328)	(8.330)	(36.658)	(28.258)	(6.301)	(34.559)
Outras diferenças temporárias	(1.312)	-	(1.312)	(2.179)	867	(1.312)
	(29.640)	(8.330)	(37.970)	(35.893)	(4.162)	(40.055)
Ativo fiscal diferido líquido	116.211	91.739	207.950	136.233	127.662	263.895

(i) Ver nota explicativa 1.1.

O Grupo reconhece créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias na medida em que entende ser provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização.

A recuperabilidade desses créditos é revisada periodicamente pela Administração com base em projeções de resultados tributáveis futuros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração revisou as premissas utilizadas nessa avaliação, incluindo os efeitos da reapresentação das informações comparativas de 2024 descritas na nota explicativa 1.1. Como resultado dessa revisão e das projeções econômico-financeiras atualizadas, foi constituída provisão para redução ao valor recuperável sobre a parcela considerada não recuperável dos créditos tributários diferidos, incluindo valores relacionados às controladas Transeich e Translag.

Com base nas projeções de resultados tributáveis aprovadas pela Administração, o Grupo estima realizar o saldo remanescente dos créditos tributários diferidos reconhecidos em até dez anos.

As projeções utilizadas para avaliação da recuperabilidade desses ativos contemplam, entre suas premissas, a potencial utilização de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no âmbito da transação tributária atualmente em negociação junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) conforme descrito na nota explicativa 3. A proposta apresentada contempla, entre outros aspectos, a utilização de prejuízos fiscais e bases negativas para liquidação parcial de débitos tributários, observadas as condições previstas na legislação aplicável. Considerando o estágio atual das tratativas e das análises conduzidas pela PGFN, a Administração mantém expectativa de conclusão do processo durante o exercício de 2026.

d. Reconciliação da taxa efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(265.834)	(466.642)	(301.654)	(496.270)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	90.384	158.658	102.562	168.732
Adições/exclusões permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	(22.694)	(44.454)	-	-
Créditos tributários de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	-	-	-	(6.295)
Diferido não constituído em exercícios anteriores	(75)	591	4.788	591
Diferido sobre o prejuízo fiscal não constituído no exercício corrente	-	-	-	197
Amortização mais valia de ativos	-	-	-	(3.741)
Reversão de provisões não consideradas em exercício anteriores (i)	-	11.143	-	11.143
(-) Redução ao valor recuperável dos impostos diferidos (ii)	(52.653)	-	(55.218)	(6.952)
(-) Redução ao valor recuperável dos impostos diferidos ajustado (iii)	-	(32.629)	-	(32.629)
Outras adições/exclusões permanentes	(2.009)	(1.570)	(3.359)	(9.679)
Total do imposto de renda e contribuição social	12.953	91.739	48.773	121.367
Corrente	(75)	-	4.787	(6.295)
Diferido	13.028	91.739	43.986	127.662
	12.953	91.739	48.773	121.367

- (i) Substancialmente decorrente de ajustes de reapresentação relativos ao exercício de 2023, os quais não haviam sido anteriormente refletidos na Parte B do LALUR e do LACS ou no controle de diferenças temporárias. Desta forma, suas realizações foram consideradas adições permanentes a fim de atender de forma conservadora as regras fiscais e tributárias.
- (ii) Decorrente da revisão das projeções econômico-financeiras e da recuperabilidade dos créditos tributários diferidos realizada pela Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi constituída provisão para redução ao valor recuperável desses ativos, no montante de R\$ 45.130 na Controladora e R\$ 47.696 no Consolidado.
- (iii) Ver nota explicativa 1.1.

31 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta	659.975	786.514	1.598.758	1.755.210
Serviços de transporte florestais (i)	81.107	171.801	81.107	171.801
Serviços de transporte a dedicados industriais	210.752	264.878	210.752	267.752
Serviços de transporte de carga geral e fracionado	368.116	349.835	1.306.899	1.315.657
Deduções (ii)	(93.485)	(129.047)	(253.278)	(304.773)
Serviços de transporte florestais (i)	(11.704)	(34.667)	(11.704)	(34.685)
Serviços de transporte a dedicados industriais	(33.650)	(44.176)	(33.650)	(44.633)
Serviços de transporte de carga geral e fracionado	(48.131)	(50.204)	(207.924)	(225.455)
Total da receita líquida de vendas	566.490	657.467	1.345.480	1.450.437

- (i) A redução da receita do segmento de transporte florestal decorre, principalmente, da descontinuidade e renegociação de determinados contratos com rentabilidade abaixo do esperado, em linha com as medidas de reestruturação operacional e financeira implementadas pela Administração ao longo do exercício.

- (ii) As deduções da receita compreendem os valores de cancelamentos de fretes e os tributos incidentes sobre a receita bruta, tais como: PIS, COFINS, ICMS, CPRB, ISS e IVA.

Maiores detalhes sobre receitas estão apresentados na nota explicativa 38.

32 Custos e Despesas por natureza

a. Custos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contrato de transporte - frete	282.984	296.507	711.349	763.405
Salários e adicionais	99.764	133.048	242.615	281.006
Consumo de combustíveis	35.393	58.490	45.932	68.846
Manutenção e conservação	31.869	54.806	58.525	73.296
Depreciações e amortizações (a)	15.620	28.876	18.570	32.053
Encargos sociais	19.026	19.324	42.317	38.800
Depreciação de ativos de direito de uso (a)	28.316	54.314	64.681	90.069
Consumo de pneus	6.141	13.691	10.938	16.916
Serviços de terceiros	14.748	15.723	26.604	30.282
Viagens	7.116	9.079	10.016	14.082
Serviços de rastreamento	5.105	5.628	12.809	14.458
Seguros (b)	6.238	11.756	14.503	39.890
Impostos e taxas	1.597	965	5.243	3.976
Pedágios	525	161	14.718	14.485
Outros	8.602	10.586	22.101	28.057
	563.044	712.954	1.300.921	1.509.621

- a) Valores de depreciações estão líquidos dos créditos de PIS e COFINS nos montantes de R\$ 3.013 (R\$ 4.781 em 31 de dezembro de 2024) na Controladora e R\$ 6.874 (R\$ 7.687 em 31 de dezembro de 2024) no Consolidado.

b. Despesas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários e adicionais	10.327	10.363	56.719	57.641
Serviços de terceiros	19.004	19.508	24.564	23.696
Manutenção e conservação	1.898	1.467	2.308	2.982
Impostos e taxas	140	1.068	240	1.319
Depreciações e amortizações	8.718	6.255	17.008	13.633
Viagens	1.222	1.608	2.540	2.998
Depreciação de ativos de direito de uso	1.612	1.773	1.611	1.906
Provisão para contingências trabalhistas	2.788	21.672	5.973	22.377
Seguros	1.304	1.409	1.706	1.703
Perdas no recebimento de crédito	-	7.658	-	8.148
Outros	570	1.023	2.001	2.078
	47.583	73.804	114.670	138.481
Despesas administrativas	41.130	58.052	77.326	99.114
Despesas de vendas	6.453	15.752	37.344	39.367
	47.583	73.804	114.670	138.481

33 Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas	47.767	8.371	76.522	10.595
Créditos tributários (a)	26.794	2.087	52.931	2.188
Venda de sucata	2.320	450	2.512	917
Venda de imobilizado	15.282	5.661	15.790	6.226
Ganho de redução de preço na aquisição de controladas	-	-	-	-
Outros	3.371	173	5.289	1.264
Despesas	(23.483)	(49.777)	(27.078)	(64.093)
Custo de venda de imobilizado	(24.230)	(3.805)	(24.879)	(5.662)
Bens de pequeno valor	(195)	(145)	(195)	(146)
Perda por ajuste ao contas a pagar de aquisição de controladas	-	(9.227)	-	(9.227)
Reversão (perda) por impairment sobre ativo imobilizado	5.897	(26.107)	5.796	(26.211)
Perda por valor recuperável sobre ativo mantido para venda	-	-	-	(4.892)
Reversão (provisão) estoque obsoleto (b)	2.062	(5.606)	2.062	(5.611)
Despesa tributária e consultoria (c)	(3.620)	(4.581)	(4.683)	(7.666)
Outros	(3.397)	(306)	(5.179)	(4.678)
	24.284	(41.406)	49.444	(53.498)

(ii) Ver nota explicativa 11;

(iii) Ver nota explicativa 10;

(iv) Valor referente a honorários advocatícios e despesas incorridas relacionadas aos créditos tributários.

34 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Variações cambiais ativas	7.267	11.479	7.169	11.435
Receitas de aplicações financeiras	137	2.770	2.434	2.560
Descontos auferidos	227	434	486	709
Encargos de recebimentos em atraso	230	877	839	1.209
Atualização de créditos tributários	-	-	957	2.993
	7.861	15.560	11.885	18.906
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos e financiamentos	(38.054)	(39.825)	(48.391)	(47.143)
Juros de arrendamentos (a)	(3.212)	(9.411)	(8.253)	(17.432)
Juros sobre aquisição de investidas	(5.292)	(8.407)	(5.292)	(8.407)
Juros e custos de transação sobre debêntures	(54.713)	(46.298)	(54.713)	(46.298)
Variações cambiais passivas	(12.539)	(10.385)	(12.540)	(10.695)
Taxa administração de consórcios	(108)	(50)	(108)	(249)
Despesas bancárias	(4.517)	(4.992)	(13.028)	(7.221)
Juros de parcelamentos	(20.591)	(6.886)	(63.421)	(11.391)
Encargos de pagamentos em atraso (b)	(41.087)	(48.739)	(75.247)	(102.387)
Descontos concedidos	166	(36)	(281)	(560)
Juros sobre cessão de créditos	(2.270)	(2.939)	(5.939)	(9.111)
Outras despesas financeiras	(5.370)	(3.449)	(5.653)	(3.451)
	(187.587)	(181.417)	(292.866)	(264.345)
Resultado financeiro líquido	(179.726)	(165.857)	(280.981)	(245.439)

- a) Juros de arrendamentos estão líquidos dos créditos de PIS e COFINS na controladora no valor de R\$ 133 (R\$ 849 em 31 de dezembro de 2024) e no consolidado R\$ 492 (R\$ 1.510 em 31 de dezembro de 2024).
- b) Principalmente em função dos parcelamentos e atrasos nos pagamentos dos impostos e fornecedores.

35 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 relativos a operações com partes relacionadas, referem-se a contratos de mútuo da Companhia com suas controladas, como demonstrado abaixo:

(a) Ativos e Passivos

	Controladora	
	2025	2024
Ativo circulante		
Contas a receber - Translovato	3.889	43.906
Contas a receber - Translag	1.470	10.988
Contas a receber - Diálogo	2.178	9.947
Contas a receber - Transeich Assessoria	27	25
	7.564	64.866
Passivo circulante		
Contas a pagar - Translovato	619	8.688
Contas a pagar - Translag	1	1.153
Contas a pagar - Diálogo	18	706
Contas a pagar - Transeich Assessoria	-	8
	638	10.555
Passivo circulante		
Mútuo - Translovato Transportes	139.691	181.059
Mútuo - Translag transportes	5.736	13.081
Mútuo - Diálogo Logística	13.175	49.426
Mútuo - Transeich Assessoria e Transportes	110.236	80.367
	268.838	323.933

Os contratos de mútuo em aberto com partes relacionadas foram precificados em comum acordo entre as partes sem a incidência de juros, e devem ser liquidados até 31 de dezembro de 2026, conforme contratos firmados entre as partes. Nenhum dos contratos possui garantias.

(b) Receitas e despesas

	Controladora			
	Receita venda de serviços	Custos fretes e combustível	Despesas serviços administrativos (i)	Total
Em 31 de dezembro de 2025				
Transeich Assessoria e Transportes	-	-	16	16
Transportes Translovato	3.708	(3.744)	20.419	20.383
Translag Transportes	6.363	-	137	6.500
Diálogo Logística	-	-	9.181	9.181
	10.071	(3.744)	29.753	36.080
Em 31 de dezembro de 2024				
Transeich Assessoria e Transportes	-	-	(158)	(158)
Transportes Translovato	1.885	(7.817)	17.430	11.498
Translag Transportes	8.283	(22)	280	8.541
Diálogo Logística	-	-	5.584	5.584
	10.168	(7.839)	23.136	25.465

- (i) Refere-se a alocação de gastos administrativos incorridos pela Controladora de responsabilidade das Controladas.

As transações com partes relacionadas acima apresentadas foram realizadas em condições normais de mercado, considerando a ausência de risco de crédito entre as mesmas.

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração é composto pela Diretoria e Conselho de Administração. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 4.414 (R\$ 3.478 em 31 de dezembro de 2024).

Os contratos dos diretores da Companhia preveem que, em caso de ocorrência de um evento de liquidez, eles farão jus ao recebimento de uma remuneração de incentivo baseada na valorização da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração revisou os contratos e concluiu que nesse momento não há previsibilidade para um evento de liquidez e, consequentemente não há saldo a provisionar.

36 Transações que não envolvem caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, foram apresentadas pelo método indireto.

As transações que não envolveram caixa, e portanto, não estão refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa são as seguintes:

- 1) Em 31 de dezembro de 2025 foram incorporados os direitos de uso de arrendamento no valor de R\$ 21.441 (R\$ 27.501 em 31 de dezembro de 2024) na Controladora e R\$ 45.113 (R\$ 65.001 em 31 de dezembro de 2024) no Consolidado.
- 2) Em 31 de dezembro de 2025 foram adquiridos ativos imobilizados, e que as parcelas estão em aberto em fornecedores a pagar no valor de R\$ 963 (R\$ 4.847 em 31 de dezembro de 2024) na Controladora e no Consolidado.

37 Instrumentos financeiros

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

	Controladora		Consolidado	
	2025		2025	
	Ativos / Passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo a valor justo	Ativos / Passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo a valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	3.048	3.048	38.117	38.117
Outros ativos financeiros	6.877	6.877	7.326	7.326
Contas a receber de clientes (i)	87.521	103.905	142.346	177.386
Passivos				
Fornecedores	105.323	105.323	212.082	212.082
Empréstimos e financiamentos	243.714	260.098	250.547	285.587
Debêntures	256.620	259.713	256.620	259.713
Arrendamentos	42.187	42.187	82.184	82.184
Contas a pagar por aquisição de controladas	46.552	46.552	46.552	46.552
Mútuo com partes relacionadas – Passivo	268.838	268.838	-	-

	Controladora		Consolidado	
	2024		2024	
	Ativos / Passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo a valor justo	Ativos / Passivos financeiros ao custo amortizado	Saldo a valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	19.136	19.136	31.626	31.626
Contas a receber de clientes (i)	159.039	174.288	145.041	183.303
Passivos				
Fornecedores	114.029	114.029	206.309	206.309
Empréstimos e financiamentos	219.799	235.048	221.641	259.903
Debêntures	203.848	205.000	203.848	205.000
Arrendamentos	63.772	63.772	119.451	119.451
Contas a pagar por aquisição de controladas	41.260	41.260	41.260	41.260
Mútuo com partes relacionadas – Passivo	323.933	323.933	-	-

- (i) Apresentado líquido das antecipações de títulos do contas a receber. A Companhia realizou transações de cessão de créditos com coobrigação (nota explicativa 18), em que transfere a propriedade dos títulos de contas a receber de clientes para as instituições financeiras e recebe antecipadamente o valor por antecipação, descontado dos juros da transação.

Gerenciamento de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

Os serviços vendidos pela Companhia são predominantemente denominados em reais.

O processo de gestão de riscos de mercado tem por objetivo a proteção do fluxo de caixa da Companhia contra eventos adversos de mercado tais como oscilações de taxas de câmbio, preços de commodities e taxas de juros.

Risco de mercado

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras e obrigações atreladas à taxa CDI e, portanto, sensíveis às mudanças da mesma no mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia e suas controladas decorrem de financiamentos de longo prazo. Os financiamentos emitidos às taxas fixas e variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os financiamentos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Risco de crédito

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras de liquidez imediata tendo como contraparte instituições financeiras de primeira linha, por consequência minimizando o risco.

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, a Companhia e suas controladas avaliam a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente, define limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para deterioração do saldo a receber de clientes, conforme descrito na nota explicativa 9.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a política de gestão de liquidez e endividamento, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e suas controladas no prazo e sem custo adicional.

O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

Abaixo a previsão de pagamentos considerando os respectivos encargos nas parcelas futuras:

Controladora						
	Menos de um ano (i)	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total	Valor contábil
Em 31 de dezembro de 2025						
Empréstimos e financiamentos	283.607	-	-	-	283.607	260.098
Debêntures	286.260	-	-	-	286.260	256.620
Arrendamentos	37.618	5.413	2.701	-	45.732	42.187
Fornecedores	105.323	-	-	-	105.323	105.323
Contas a pagar por aquisição de controladas	46.552	-	-	-	46.552	46.552
Total	759.360	5.413	2.701	-	767.474	710.780
Em 31 de dezembro de 2024						
Empréstimos e financiamentos	281.821	-	-	-	281.821	235.048
Debêntures	255.017	-	-	-	255.017	203.848
Arrendamentos	54.241	19.249	481	-	73.971	63.772
Fornecedores	114.029	-	-	-	114.029	114.029
Contas a pagar por aquisição de controladas	41.260	-	-	-	41.260	41.260
Total	746.368	19.249	481	-	766.098	657.957
Consolidado						
	Menos de um ano (i)	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total	Total
Em 31 de dezembro de 2025						
Empréstimos e financiamentos	309.311	-	-	-	309.311	285.587
Debêntures	286.260	-	-	-	286.260	256.620
Arrendamentos	64.236	18.056	9.155	-	91.447	82.184
Fornecedores	212.082	-	-	-	212.082	212.082
Contas a pagar por aquisição de controladas	46.552	-	-	-	46.552	46.552
Total	918.441	18.056	9.155	-	945.652	883.025
Em 31 de dezembro de 2024						
Empréstimos e financiamentos	306.595	-	-	-	306.595	259.903
Debêntures	255.017	-	-	-	255.017	203.848
Arrendamentos	88.103	51.907	8.681	-	148.691	119.451
Fornecedores	206.309	-	-	-	206.309	206.309
Contas a pagar por aquisição de controladas	41.260	-	-	-	41.260	41.260
Total	897.284	51.907	8.681	-	957.872	830.771

- (i) A concentração das obrigações financeiras na faixa de vencimento inferior a 12 meses decorre dos efeitos do processo de Recuperação Extrajudicial e da suspensão temporária dos pagamentos. Com a homologação do Plano em junho de 2026, tais obrigações foram reperfiladas, passando a seguir o novo cronograma de amortização previsto no plano homologado, proporcionando maior previsibilidade financeira e alinhamento à capacidade de geração de caixa da Companhia.

Risco cambial

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

A Companhia e suas controladas possuíam ativos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	Controladora			
	2025		2024	
	Dólares norte- americanos	Reais (*)	Dólares norte- americanos	Reais (**)
Ativo				
Contas a receber de clientes	5.169	28.438	4.284	26.528
Trava contratual (i)	-	-	(200)	(1.238)
Passivo				
Comissões a pagar	(1.072)	(5.896)	(334)	(2.068)
Exposição líquida	4.097	22.542	3.750	23.222

	Consolidado			
	2025		2024	
	Dólares norte- americanos	Reais (*)	Dólares norte- americanos	Reais (**)
Ativo				
Contas a receber de clientes	5.169	28.438	4.284	26.528
Trava contratual (i)	-	-	(200)	(1.238)
Passivo				
Comissões a pagar	(1.072)	(5.896)	(334)	(2.069)
Exposição líquida	4.097	22.542	3.750	23.221

(*) Considera a taxa de 5,5018 cotada em 31/12/2025.

(**) Considera a taxa de 6,1917 cotada em 31/12/2024.

- (i) Refere-se a contratos de câmbio de contas a receber de unidades no exterior, cujas taxas já foram fixadas, porém a remessa de câmbio ainda não foi executada.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente do valor justo demonstrado no primeiro quadro desta nota, que foram apurados considerando-se o nível 2 em sua mensuração.

Aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

Contas a receber e outras contas a receber - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias).

Empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, contas a pagar por aquisição de controladas e outras contas a pagar – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante.

Os créditos e débitos com mútuos com partes relacionadas correspondem a direitos e obrigações que foram contraídos entre a Companhia e suas partes relacionadas, oriundas principalmente de operações de empréstimos de mútuo. São classificados como ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado.

Análise de sensibilidade

Risco de taxa de câmbio

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real, contra o USD alteraria a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras. Assim, a exposição a riscos de taxa de câmbio é considerada baixa e esperada para não ter efeito relevante sobre o resultado da Companhia e suas controladas, conforme demonstrado abaixo:

Controladora					
	Taxa de Fechamento (R\$/US\$)	Exposição Líquida (US\$)	Resultado do exercício		Patrimônio líquido, líquido de impostos
			Valorização (R\$)	Desvalorização (R\$)	Valorização (R\$) Desvalorização (R\$)
Em 31 de dezembro de 2025	5,5018	4.097	2.254	(2.254)	1.488 (1.488)
Em 31 de dezembro de 2024	6,1917	3.750	2.322	(2.322)	1.533 (1.533)

Consolidado					
	Taxa de Fechamento (R\$/US\$)	Exposição Líquida (US\$)	Resultado do exercício		Patrimônio líquido, líquido de impostos
			Valorização (R\$)	Desvalorização (R\$)	Valorização (R\$) Desvalorização (R\$)
Em 31 de dezembro de 2025	5,5018	4.097	2.254	(2.254)	1.488 (1.488)
Em 31 de dezembro de 2024	6,1917	3.750	2.322	(2.322)	1.533 (1.533)

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e contas a pagar da Companhia e suas controladas, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI.

No quadro abaixo são considerados três cenários, sendo que o Cenário provável considerou os níveis de mercado vigentes na data destas informações financeiras.

Para Cenário I foi considerado um aumento de 25% na taxa CDI para as aplicações, empréstimos e financiamentos e contas a pagar e para o Cenário II um aumento de 50%. A taxa base utilizada para o cenário provável foi de 15,00%, conforme Ata da 275ª reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil de 10 de dezembro de 2025.

2025				Consolidado		
Exposição	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	CDI		3.752	563	704	844
Fornecedores	CDI		(109.140)	(33.648)	(42.060)	(52.575)
Capital de giro	CDI		(250.547)	(37.595)	(47.011)	(56.360)
Cessão de créditos	CDI		(35.040)	(5.258)	(6.575)	(7.882)
Debêntures	CDI		(259.713)	(38.970)	(48.731)	(58.422)
Parcelamento de tributos	CDI		(228.684)	(34.303)	(42.878)	(51.454)
Contas a pagar por aquisição de controlada	CDI		(46.552)	(6.985)	(8.735)	(10.472)
			(925.924)	(156.196)	(195.286)	(236.321)
Impacto no resultado		Aumento líquido			(39.090)	(80.125)

2024				Consolidado		
Exposição	Indexador	Risco	Valor base	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	CDI		6.297	771	964	1.157
Fornecedores	CDI		(106.765)	(6.215)	(7.769)	(9.711)
Capital de giro	CDI		(221.641)	(27.138)	(33.931)	(40.724)
Cessão de créditos	CDI		(38.262)	(4.685)	(5.858)	(7.030)
Debêntures	CDI		(205.000)	(25.100)	(31.383)	(37.666)
Parcelamento de tributos	CDI		(18.672)	(2.287)	(2.859)	(3.431)
Contas a pagar por aquisição de controlada	CDI		(41.260)	(5.052)	(6.316)	(7.581)
			(625.303)	(69.706)	(87.152)	(104.986)
Impacto no resultado		Aumento líquido			(17.446)	(35.280)

38 Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios:

- (i) Que podem obter receitas e incorrer em despesas;
- (ii) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho;
- (iii) Para os quais haja informação financeira individualizada disponível.

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelo Diretor executivo de operações. Foram identificados dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações os quais são gerenciados separadamente por meio de relatórios que suportam a tomada de decisão. As políticas contábeis desses segmentos operacionais são as mesmas descritas na nota explicativa 5.

Dedicados: prestação e serviços de transporte rodoviário de cargas utilizando principalmente veículos e equipamentos próprios alocados para o atendimento de clientes específicos, por meio de contratos com prazos de 3 a 6 anos, com abrangência nacional e em diferentes setores como o de gases do ar, florestal, agronegócio, químicos, etc.

TM (*Transportation Management*): prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas em geral para clientes de setores diversos e de atuação nacional e internacional (Mercosul), nas modalidades Lotação, Fracionamento e Internacional, utilizando preponderantemente veículos agregados e terceiros subcontratados.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

	Dedicados	TM	Total Segmentos	Corporativo	Consolidado
Receita líquida	246.505	1.098.975	1.345.480	-	1.345.480
Custo dos serviços prestados	(268.986)	(1.031.935)	(1.300.921)	-	(1.300.921)
(Prejuízo) lucro bruto	(22.481)	67.040	44.559	-	44.559
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	-	-	-	(77.326)	(77.326)
Despesas com vendas	(5.715)	(25.325)	(31.040)	(6.304)	(37.344)
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	21	(27)	(6)	-	(6)
Outras receitas operacionais, líquidas	15.514	28.469	43.983	5.461	49.444
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(12.661)	70.157	57.496	(78.169)	(20.673)
Despesas financeiras líquidas	-	-	-	(280.981)	(280.981)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	-	-	48.773	48.773
(Prejuízo) lucro do exercício	(12.661)	70.157	57.496	(310.377)	(252.881)
(+) Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	280.981	280.981
(+) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	-	-	-	(48.773)	(48.773)
(+) Depreciação e amortização	35.779	50.309	86.088	15.703	101.791
EBITDA ajustado	23.118	120.466	143.584	(62.466)	81.118

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)

	Dedicados	TM	Total Segmentos	Corporativo	Consolidado
Receita líquida	360.235	1.090.202	1.450.437	-	1.450.437
Custo dos serviços prestados	(434.262)	(1.075.359)	(1.509.621)	-	(1.509.621)
(Prejuízo) lucro bruto	(74.027)	14.843	(59.184)	-	(59.184)
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	-	-	-	(99.114)	(99.114)
Despesas com vendas	(7.511)	(20.457)	(27.968)	(11.399)	(39.367)
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	510	(178)	332	-	332
Outras receitas operacionais, líquidas	(40.724)	(2.130)	(42.854)	(10.644)	(53.498)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(121.752)	(7.922)	(129.674)	(121.157)	(250.831)
Despesas financeiras líquidas	-	-	-	(245.439)	(245.439)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	-	-	121.367	121.367
Prejuízo do exercício	(121.752)	(7.922)	(129.674)	(245.229)	(374.903)
(+) Despesas financeiras, líquidas	-	-	-	245.439	245.439
(+) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	-	-	-	(121.367)	(121.367)
(+) Depreciação e amortização	75.303	48.835	124.138	13.523	137.661
(+) Perda por ajuste ao contas a pagar de aquisição de controladas	-	-	-	9.227	9.227
EBITDA ajustado (a)	(46.449)	40.913	(5.536)	(98.407)	(103.943)

- a) EBITDA ajustado: Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, métrica gerencial, não prevista nas normas contábeis. O valor apresentado foi ajustado para eliminar o impacto do ajuste ao contas a pagar pela aquisição de controladas, no montante de R\$ 0 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 9.227 em 31 de dezembro de 2024).

Informação geográfica

Receita provenientes de clientes por país

País	Consolidado	
	2025	2024
Brasil	1.257.118	1.362.869
Exterior	88.362	87.568
Argentina	51.957	50.074
Chile	5.669	6.520
Paraguai	230	240
Uruguai	30.506	30.734
	1.345.480	1.450.437

Principais clientes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, três clientes, com contratos de longo prazo, representaram 18,8% da receita líquida total da Companhia, somando aproximadamente R\$ 278 milhões. Dois desses clientes é do segmento TM, sendo um do E-Commerce (48,4%) e um do LTL (24,6%), o outro (27,0%) possui parte da sua operação no segmento TM / FTL + Internacional (54,8%) e parte no segmento DCC F&A (45,2%).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, três clientes, com contratos de longo prazo, representaram 19,85% da receita líquida total da Companhia, somando aproximadamente R\$ 351 milhões. Um desses clientes é do segmento TM - E-Commerce e os outros dois possuem parte da sua operação no segmento DCC F&A (76,4%) e parte no segmento TM (23,6%).

39 Demonstração de valor adicionado

Conforme requerimento da legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia e suas controladas na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia e suas controladas quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

40 Eventos subsequentes

Aprovação do Plano de Recuperação Extrajudicial

Em 15 de junho de 2026 foi publicado o acórdão da 17ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que homologou o Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia. O referido Plano estabelece condições específicas para a reestruturação e liquidação das obrigações financeiras da Companhia junto aos seus credores, contemplando duas modalidades de pagamento, conforme descrito a seguir:

- (i) os créditos abrangidos serão pagos, sem deságio, mensalmente, a partir de fevereiro de 2028 (inclusive) até março de 2035 (inclusive), observado que tais montantes serão atualizados mensalmente pela variação positiva mensal acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e serão acrescidos de juros remuneratórios de 4,5% ao ano; e
- (ii) os credores fornecedores colaboradores serão pagos, em todos os casos sem deságio, entre 30 dias e 24 meses (de acordo com o montante devido), acrescido de sobretaxa de 1% ao mês.

Durante a tramitação do pedido de homologação foram observados os procedimentos previstos na Lei nº 11.101/2005, incluindo a publicação do edital para ciência dos credores e apresentação de impugnações ao Plano, as quais foram analisadas no âmbito do processo judicial que culminou na homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial.

O Plano de Recuperação Extrajudicial e os demais documentos celebrados no âmbito da reestruturação financeira estabelecem, adicionalmente, um conjunto de obrigações e compromissos a serem observados pelas empresas do Grupo BBM durante a vigência do Plano. Tais obrigações incluem, entre outras, o cumprimento de determinados indicadores financeiros e covenants, a manutenção e o aperfeiçoamento das garantias constituídas em favor dos credores, a observância de restrições relacionadas à contratação de endividamento adicional e à realização de determinadas operações societárias, a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista, bem como o fornecimento periódico de informações financeiras, operacionais e gerenciais aos credores e demais partes previstas nos documentos da reestruturação.

Adicionalmente, a Companhia atendeu ao índice financeiro previsto nos Documentos da Reestruturação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, representado pela razão Dívida Líquida/EBITDA, cujo limite contratual era de até 11,0 vezes.

Os documentos da reestruturação também preveem mecanismos de monitoramento do desempenho econômico-financeiro do Grupo, procedimentos de acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas e a comunicação tempestiva de eventos relevantes que possam impactar a capacidade de cumprimento do Plano ou os direitos dos credores abrangidos.

A implementação das condições previstas nos Documentos da Reestruturação encontra-se em andamento e a Administração não identificou, até a presente data, impedimentos ao seu cumprimento, mantendo expectativa de atendimento tempestivo das obrigações e compromissos assumidos no âmbito da reestruturação financeira.

A Administração entende que a homologação do Plano representa um marco relevante no processo de reestruturação financeira do Grupo BBM, contribuindo para o reperfilamento de seu endividamento, fortalecimento de sua liquidez e aprimoramento de sua estrutura de capital. Nesse contexto, a Administração vem adotando as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das condições, obrigações e compromissos estabelecidos no Plano de Recuperação Extrajudicial e nos demais documentos da reestruturação.



DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores da BBM Logística S.A. ("Companhia") abaixo designados declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

São José dos Pinhais, 22 de junho de 2026.

DocuSigned by:

agapito sobrinho

AGAPITO PEREIRA DOS ANJOS SOBRINHO

Presidente

Assinado por:

Eduardo Vieira Orfão

2F7A1438F203472...

EDUARDO VIEIRA ORFÃO

VP de Finanças e de Relações com Investidores